

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	21
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	22
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	110
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	34.424.288
Preferenciais	131.028.665
Total	165.452.953
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.774.816	2.055.582	2.021.727
1.01	Ativo Circulante	22.658	11.077	22.657
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.593	8.553	20.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.065	2.524	2.316
1.01.08.03	Outros	1.065	2.524	2.316
1.02	Ativo Não Circulante	1.752.158	2.044.505	1.999.070
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.154	3.227	3.639
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.154	3.227	3.639
1.02.02	Investimentos	1.745.730	2.038.660	1.992.805
1.02.02.01	Participações Societárias	1.745.730	2.038.660	1.992.805
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.745.730	2.038.660	1.992.805
1.02.03	Imobilizado	272	594	533
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	272	594	533
1.02.04	Intangível	2.002	2.024	2.093
1.02.04.01	Intangíveis	2.002	2.024	2.093

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.774.816	2.055.582	2.021.727
2.01	Passivo Circulante	24.209	31.375	74.997
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.885	5.626	5.662
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.885	5.626	5.662
2.01.02	Fornecedores	0	8.768	940
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.113	16.981	14.307
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.113	16.981	14.307
2.01.05	Outras Obrigações	3.211	0	54.088
2.01.05.02	Outros	0	0	54.088
2.02	Passivo Não Circulante	793.566	742.689	680.943
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	692.865	653.367	667.975
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	692.865	653.367	667.975
2.02.02	Outras Obrigações	83.040	74.504	0
2.02.02.02	Outros	83.040	74.504	0
2.02.04	Provisões	17.661	14.818	12.968
2.02.04.02	Outras Provisões	17.661	14.818	12.968
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	17.661	14.818	12.968
2.03	Patrimônio Líquido	957.041	1.281.518	1.265.787
2.03.01	Capital Social Realizado	869	863	755
2.03.02	Reservas de Capital	1.387.667	1.381.380	1.307.839
2.03.04	Reservas de Lucros	-33.497	-2.165	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-31.331	0	0
2.03.04.10	Recebíveis dos Acionistas	-2.166	-2.165	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-472.318	-108.086	47.493
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	74.320	9.526	-90.300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	-6.157	1.671
3.01.02	Receita de Gestao de Fundos, Performance e Ganhos	0	-6.157	1.671
3.03	Resultado Bruto	0	-6.157	1.671
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-326.467	185.190	226.995
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.362	-39.905	-75.696
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	724	340	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	4.061	-116	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-304.890	224.871	302.691
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-326.467	179.033	228.666
3.06	Resultado Financeiro	-37.765	-100.814	-172.606
3.06.01	Receitas Financeiras	950	857	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.715	-101.671	-172.606
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-364.232	78.219	56.060
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-364.232	78.219	56.060
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-364.232	78.219	56.060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	-364.232	78.219	56.060
4.02	Outros Resultados Abrangentes	64.793	-75.892	-202.873
4.02.01	Reserva de reavaliação de imobilizado	-10.892	10.471	-54.569
4.02.02	Ajuste Cumulativo de Conversão	80.420	-80.242	-146.541
4.02.03	Ganhos (Perdas) Não Realizados sobre Títulos Disponíveis para Venda	-4.735	2.732	-1.763
4.02.04	Ajuste de despesa com plano de opção	0	-641	0
4.02.05	Variação cambial sobre investimento no exterior	0	-8.212	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-299.439	2.327	-146.813

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.806	-9.883	-7.310
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.680	-54.582	-91.435
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-364.232	78.219	56.060
6.01.01.02	Ganhos Não Realizados nos itens Denominados em Moeda Estrangeira	-43.152	16.858	99.489
6.01.01.03	Despesa do Plano de Compra de Opções de Ações	5.630	19.903	40.956
6.01.01.04	Amortização do Prêmio sobre a Emissão de Bônus Perpétuo	1.000	348	393
6.01.01.06	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	87.858	52.480	48.089
6.01.01.07	Depreciação	180	165	168
6.01.01.08	Amortização do Intangível	0	2.316	2.569
6.01.01.09	Resultado da Equivalência Patrimonial	304.890	-224.871	-302.691
6.01.01.10	Outros	0	0	-36.468
6.01.01.11	Ganho na diluição da participação de não controladores	-854	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.486	44.699	84.125
6.01.02.01	Provisões	4.794	1.612	9.843
6.01.02.02	Fornecedores	0	7.828	-62
6.01.02.03	Salários e Encargos Sociais	6.318	202	-2.845
6.01.02.04	Outros Ativos	18	205	122.439
6.01.02.05	Outros Passivos	2.383	34.852	-45.250
6.01.02.06	Pagamento de bonus	-2.027	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	105.753	38.615	-325.634
6.02.01	Aquisicao de Investimentos	0	0	-355.774
6.02.02	Recebimento de Dividendos	105.753	38.615	30.140
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-97.874	-39.644	-50.411
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-100.070	-47.111	-50.411
6.03.02	Stock Option	2.196	0	0
6.03.03	Outros	0	7.467	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.355	-876	-205.245
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.040	-11.788	-588.600

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.553	20.341	608.941
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.593	8.553	20.341

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6	-25.045	0	0	0	-25.039
5.04.08	Variações em participações de acionistas não controladores	0	-1	0	0	0	-1
5.04.09	Exercício de opções do plano de compra de ações	1	2.144	0	0	0	2.145
5.04.10	Emissão de ações bonificadas	5	6.453	0	0	0	6.458
5.04.11	Despesa com plano de compra de ações reconhecidas	0	5.630	0	0	0	5.630
5.04.12	Perda na diluição em participação de acionistas não controladores	0	-7.940	0	0	0	-7.940
5.04.13	BDRs adquiridos por subsidiária integral	0	-31.331	0	0	0	-31.331
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-364.232	64.794	-299.438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-364.232	0	-364.232
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64.794	64.794
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	80.421	80.421
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa das Controladas	0	0	0	0	-10.892	-10.892
5.05.02.07	Ganho (perda) não realizado sobre títulos disponíveis p/ venda	0	0	0	0	-4.735	-4.735
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	869	1.354.170	0	-472.318	74.320	957.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787
5.04	Transações de Capital com os Sócios	108	71.376	0	-58.080	0	13.404
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	4	7.463	0	0	0	7.467
5.04.09	Emissão de Ações Bonificadas	104	57.976	0	-58.080	0	0
5.04.10	Despesa com Plano de Compra Opções de Ações	0	19.303	0	0	0	19.303
5.04.11	Perda na Diluição Partic.Acionistas Não Controladores	0	-6.460	0	0	0	-6.460
5.04.12	Aquisição de Ações de Acionistas Não Controladores	0	18.789	0	0	0	18.789
5.04.13	Excesso Valor Pago/a Pagar sobre o Ajuste de Acionista Não Controlador Atribuído à Cia.	0	-26.861	0	0	0	-26.861
5.04.14	Outros	0	1.166	0	0	0	1.166
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.219	-75.892	2.327
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.219	0	78.219
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.892	-75.892
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.732	2.732
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	1.618	1.618
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-80.242	-80.242
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	755	1.266.581	0	-184.285	288.291	1.371.342
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	755	1.266.581	0	-184.285	288.291	1.371.342
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	41.258	0	0	0	41.258
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	40.009	0	0	0	40.009
5.04.08	Despesa com Oferta Pública de Ações	0	-726	0	0	0	-726
5.04.09	Ganho na Diluição de Acionistas Não Controladores	0	1.233	0	0	0	1.233
5.04.11	Outros	0	742	0	0	0	742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.060	-202.873	-146.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.060	0	56.060
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.110	-201.110
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-54.569	-54.569
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-146.541	-146.541
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.763	-1.763
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.763	-1.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	724	-5.817	1.671
7.01.02	Outras Receitas	724	-5.817	1.671
7.01.02.01	Ganhos (Perdas) Realizados em Investimentos	0	-6.157	0
7.01.02.02	Ganhos (Perdas) Não Realizados em Investimentos	0	0	1.288
7.01.02.03	Taxas de Administração e Performance	0	0	383
7.01.02.04	Outras Receitas	724	340	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.459	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.459	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-7.735	-5.817	1.671
7.04	Retenções	-2.839	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.839	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.574	-5.817	1.671
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-305.153	225.728	302.691
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-304.890	224.871	302.691
7.06.02	Receitas Financeiras	950	857	0
7.06.03	Outros	-1.213	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-315.727	219.911	304.362
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-315.727	219.911	304.362
7.08.01	Pessoal	8.152	39.905	75.696
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.152	39.905	75.696
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27	0	0
7.08.02.03	Municipais	27	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	102.262	101.671	172.606
7.08.03.01	Juros	101.815	101.671	172.606
7.08.03.02	Aluguéis	447	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-364.232	78.219	56.060
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-364.232	78.219	56.060
7.08.05	Outros	-61.936	116	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	6.803.259	12.341.682	12.007.538
1.01	Ativo Circulante	2.169.214	4.757.395	3.798.193
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	572.104	1.491.851	1.250.850
1.01.02	Aplicações Financeiras	502.180	270.930	404.356
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	502.180	270.930	404.356
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	0	404.131
1.01.02.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	253	35.271	225
1.01.02.01.04	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo por meio do Resultado	501.927	235.659	0
1.01.03	Contas a Receber	674.676	996.519	926.673
1.01.03.01	Clientes	674.676	996.519	926.673
1.01.04	Estoques	155.229	675.771	716.381
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.369	147.677	200.111
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.369	147.677	200.111
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	171.656	1.174.647	299.822
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	890.654	0
1.01.08.03	Outros	171.656	283.993	299.822
1.02	Ativo Não Circulante	4.634.045	7.584.287	8.209.345
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.946.730	1.429.109	1.648.027
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.611.853	899.899	953.317
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	0	0	924.043
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	30.198	33.379	29.274
1.02.01.01.03	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.581.655	866.520	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	196.796	76.237	292.456
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	196.796	76.237	221.096
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	0	0	71.360
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	138.081	452.973	402.254
1.02.02	Investimentos	1.910	5.670	2.339
1.02.02.01	Participações Societárias	1.910	5.670	2.339

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	0	2.339
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.910	5.670	0
1.02.03	Imobilizado	1.411.029	2.608.113	2.818.446
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.411.029	2.608.113	2.818.446
1.02.04	Intangível	1.274.376	3.541.395	3.740.533
1.02.04.01	Intangíveis	1.274.376	3.541.395	3.740.533

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	6.803.259	12.341.682	12.007.538
2.01	Passivo Circulante	2.371.464	1.961.833	3.253.682
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	183.691	234.508	354.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	183.691	234.508	354.159
2.01.02	Fornecedores	333.227	417.912	462.227
2.01.03	Obrigações Fiscais	53.761	120.976	141.556
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	53.761	120.976	141.556
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	73.048	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	53.761	47.928	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.488.836	356.995	2.001.411
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.488.836	356.995	2.001.411
2.01.05	Outras Obrigações	311.949	215.087	294.329
2.01.05.02	Outros	0	215.087	294.329
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	616.355	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	616.355	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.055.199	4.836.543	3.339.918
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.274.271	3.824.065	2.191.718
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.274.271	3.824.065	2.191.718
2.02.02	Outras Obrigações	330.524	289.378	314.970
2.02.02.02	Outros	330.524	289.378	314.970
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios de Aposentadoria	0	241.817	248.629
2.02.02.02.04	Outros Passivos	330.524	47.561	66.341
2.02.03	Tributos Diferidos	329.429	508.984	595.547
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	329.429	508.984	595.547
2.02.04	Provisões	120.975	214.116	237.683
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.376.596	5.543.306	5.413.938
2.03.01	Capital Social Realizado	869	863	755
2.03.02	Reservas de Capital	1.387.667	1.381.380	1.307.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.04	Reservas de Lucros	-33.497	-2.165	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-31.331	0	0
2.03.04.10	Recebíveis dos Acionistas	-2.166	-2.165	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-472.318	-108.086	47.493
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	74.320	9.526	-90.300
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.419.555	4.261.788	4.148.151

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.426.488	5.941.936	5.692.370
3.01.01	Venda de Produtos e Serviços	2.985.093	5.532.473	4.644.151
3.01.02	Receita de Gestão de Fundos, Performance e ganhos (perdas) de capital	-558.605	409.463	1.048.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.018.441	-4.443.107	-3.624.347
3.03	Resultado Bruto	408.047	1.498.829	2.068.023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.328.979	-1.042.011	-1.421.990
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-971.318	-1.035.370	-1.119.494
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	71.436	56.491	113.660
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-431.511	-65.393	-433.747
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.414	2.261	17.591
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-920.932	456.818	646.033
3.06	Resultado Financeiro	-273.566	-397.602	-638.379
3.06.01	Receitas Financeiras	80.162	203.900	107.264
3.06.02	Despesas Financeiras	-353.728	-601.502	-745.643
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.194.498	59.216	7.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.593	-27.871	312
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.191.905	31.345	7.966
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-60.940
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.191.905	31.345	-52.974
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-364.232	78.219	56.060
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-827.673	-46.874	-109.034

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.191.905	31.345	-52.974
4.02	Outros Resultados Abrangentes	342.676	-272.099	-2.006.738
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa das Controladas	0	0	-437.177
4.02.02	Ajuste Cumulativo de Conversão	382.076	-258.918	-1.567.798
4.02.03	Perda Não Realizada sobre Títulos Disponíveis para Venda	-4.814	2.732	-1.763
4.02.04	Reserva de reavaliação de imobilizado	-34.586	89.823	0
4.02.05	Ajuste de despesa com plano de opção	0	3.555	0
4.02.06	Variação Cambial sobre investimento no exterior	0	-109.291	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-849.229	-240.754	-2.059.712
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-299.438	2.327	-146.813
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-549.791	-243.081	-1.912.899

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-261.857	-44.937	362.576
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-174.740	157.379	-80.734
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-1.191.905	31.345	-52.974
6.01.01.02	Participação de Não Controladores	0	0	109.034
6.01.01.03	Ganhos Realizados na Alienação de Investimentos	-53.053	-324.053	-461.671
6.01.01.04	Ganhos Não Realizados em Investimentos	640.854	-41.386	-554.301
6.01.01.05	Impairment de Ativos de Imbra	0	0	229.144
6.01.01.06	Ganho Não Realizados nos Itens Denominados em Moeda Estrangeira	-51.824	9.847	100.195
6.01.01.07	Despesa do Plano de Compra de Opções de Ações	6.500	19.903	40.956
6.01.01.08	Amortização de Prêmio sobre a Emissão de Bônus Perpétuo	-337	348	393
6.01.01.09	Juros sobre Aplicações Financeiras	-80.162	-88.889	-52.047
6.01.01.10	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	146.293	216.596	0
6.01.01.11	Depreciação	219.855	289.798	352.242
6.01.01.12	Amortização do Intangível	61.178	68.039	56.001
6.01.01.13	Resultado da Equivalência Patrimonial	-2.414	-2.261	-17.591
6.01.01.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.483	54.148	-14.419
6.01.01.15	Outros	86.792	-76.056	184.304
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-87.117	-202.316	443.310
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-218.660	-69.846	395.796
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	3.864	107.024	-36.864
6.01.02.03	Provisões	31.597	-29.488	67.567
6.01.02.04	Estoques	-12.187	40.610	257.506
6.01.02.05	Fornecedores	118.745	-44.281	-168.776
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	33.726	-113.729	76.816
6.01.02.07	Obrigações Fiscais	-110.440	-20.580	-16.758
6.01.02.08	Obrigações com Benefícios de Aposentadoria	0	-6.812	-39.114
6.01.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.926	-25.993	1.517
6.01.02.10	Outros Ativos	-222.877	67.864	-67.290

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.11	Outros Passivos	279.189	-107.085	-27.090
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-796.793	-11.021	85.639
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-494.132	-214.397	-236.603
6.02.02	Recursos Provenientes da Venda de Investimentos	203.727	298.087	0
6.02.03	Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários	-151.047	253.254	-245.570
6.02.04	Aquisição de Intangível	-159.175	0	0
6.02.05	Resultado na Alienação de Instrumentos Financeiros	0	0	772.138
6.02.06	Imóveis a Comerciar	0	-586	14.877
6.02.07	Aquisição de Terrenos	0	0	-8.471
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-3.711	-4.609
6.02.09	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-167.299	-343.668	-208.648
6.02.10	Recebimento de Dividendos	0	0	2.525
6.02.11	Outros	-28.867	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	51.623	219.194	-1.014.240
6.03.01	Aporte de Capital	225.788	200.066	401.013
6.03.02	Despesa com Oferta Pública de Ações	0	0	-726
6.03.03	Movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa nas Companhias Adquiridas desconsolidadas	-653.965	-40.730	203.789
6.03.04	Distribuição de Recursos para Limited Partners	-39.026	-137.890	-444.957
6.03.05	Redução de Capital	0	0	-300.000
6.03.06	Ações em Tesouraria	0	0	-29.599
6.03.07	Recursos Provenientes de Empréstimos e Financiamentos	846.798	1.102.042	0
6.03.08	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-350.410	-1.248.941	-1.022.903
6.03.09	Créditos com Pessoas Ligadas	-46.688	202.006	1.952
6.03.10	Débitos com Pessoas Ligadas	0	-2.000	-5.491
6.03.11	Pagamento de Dividendos	-1.404	-639	0
6.03.12	Exercício de Opções do Plano de Compra de Opções de Ações	587	0	0
6.03.13	Aporte de Capital pelos Acionistas Não Controladores	109.047	131.576	181.733
6.03.14	Outros	-39.104	13.704	949

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	87.280	77.765	304.063
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-919.747	241.001	-261.962
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.491.851	1.250.850	1.512.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	572.104	1.491.851	1.250.850

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518	4.261.788	5.543.306
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518	4.261.788	5.543.306
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6	-25.045	0	0	0	-25.039	-2.401.490	-2.426.529
5.04.08	Variações em participações de acionistas não controladores	0	-1	0	0	0	-1	-2.048.401	-2.048.402
5.04.09	Exercício de opções do plano de compra de ações	1	2.144	0	0	0	2.145	0	2.145
5.04.10	Emissão de ações bonificadas	5	6.453	0	0	0	6.458	0	6.458
5.04.11	Despesa com plano de compra de ações reconhecidas	0	5.630	0	0	0	5.630	0	5.630
5.04.12	Perda na diluição em participação de acionistas não controladores	0	-7.940	0	0	0	-7.940	0	-7.940
5.04.13	BDRs adquiridos por subsidiária integral	0	-31.331	0	0	0	-31.331	0	-31.331
5.04.14	Distribuição de recursos para acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-39.026	-39.026
5.04.15	Variações não controladores nos Limited Partnerships	0	0	0	0	0	0	-9.782	-9.782
5.04.16	Movimentação de participações de não controladores	0	0	0	0	0	0	-304.281	-304.281
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-364.232	64.794	-299.438	-440.743	-740.181
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-364.232	0	-364.232	-827.673	-1.191.905
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64.794	64.794	386.930	451.724
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	80.421	80.421	301.656	382.077
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa das Controladas	0	0	0	0	-10.892	-10.892	-23.694	-34.586
5.05.02.07	Ganho (perda) não realizado sobre títulos disponíveis p/ venda	0	0	0	0	-4.735	-4.735	-79	-4.814
5.05.02.08	Aporte de capital pelos acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	109.047	109.047
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	869	1.354.170	0	-472.318	74.320	957.041	1.419.555	2.376.596

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787	4.148.151	5.413.938
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787	4.148.151	5.413.938
5.04	Transações de Capital com os Sócios	108	71.376	0	-58.080	0	13.404	356.718	370.122
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	4	7.463	0	0	0	7.467	8.451	15.918
5.04.08	Variações em Participações de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	64.962	64.962
5.04.09	Emissão de Ações Bonificadas	104	57.976	0	-58.080	0	0	0	0
5.04.10	Despesa com Plano de Compra de Opções de Ações	0	19.303	0	0	0	19.303	0	19.303
5.04.11	Perda na Diluição Partic.Acionistas Não Controladores	0	-6.460	0	0	0	-6.460	0	-6.460
5.04.12	Aquisição de Ações de Acionistas Não Controladores	0	18.789	0	0	0	18.789	0	18.789
5.04.13	Excesso Valor Pago/a Pagar sobre Ajuste de Acionista Não Controlador Atribuído à Cia.	0	-26.861	0	0	0	-26.861	0	-26.861
5.04.14	Outros	0	1.166	0	0	0	1.166	0	1.166
5.04.15	Aporte de Capital Não Controladores nas Empresas Investidas	0	0	0	0	0	0	223.559	223.559
5.04.16	Aporte de Capital Não Controladores Limited Partners	0	0	0	0	0	0	131.576	131.576
5.04.17	Distribuição Recursos para Não Controladores Limited Partners	0	0	0	0	0	0	-137.890	-137.890
5.04.18	Variações Não Controladores Limited Partners	0	0	0	0	0	0	66.060	66.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.219	-75.892	2.327	-243.081	-240.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.219	0	78.219	-46.874	31.345
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.892	-75.892	-196.207	-272.099
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.732	2.732	0	2.732
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	1.618	1.618	-17.531	-15.913
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-80.242	-80.242	-178.676	-258.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	863	1.379.215	0	-108.086	9.526	1.281.518	4.261.788	5.543.306

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	755	1.266.581	0	-184.285	288.291	1.371.342	4.869.263	6.240.605
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	755	1.266.581	0	-184.285	288.291	1.371.342	4.869.263	6.240.605
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	41.258	0	0	0	41.258	1.191.787	1.233.045
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	40.009	0	0	0	40.009	947	40.956
5.04.08	Despesa com Oferta Pública de Ações	0	-726	0	0	0	-726	-284	-1.010
5.04.09	Ganho na Diluição de Acionistas Não Controladores	0	1.233	0	0	0	1.233	0	1.233
5.04.11	Outros	0	742	0	0	0	742	0	742
5.04.12	Variações em Participações de Não Controladores Limited Partners	0	0	0	0	0	0	571.941	571.941
5.04.13	Distribuição de Recursos para Limited Partners	0	0	0	0	0	0	-444.957	-444.957
5.04.14	Participação Não Controlador BHG	0	0	0	0	0	0	531.053	531.053
5.04.15	Participação Não Controlador Imbra	0	0	0	0	0	0	-138.538	-138.538
5.04.16	Aporte de Capital pelos Limited Partners	0	0	0	0	0	0	181.733	181.733
5.04.17	Aumento de Capital Magnesita	0	0	0	0	0	0	343.531	343.531
5.04.18	Variações em Participações não Controladores	0	0	0	0	0	0	146.361	146.361
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.060	-202.873	-146.813	-1.912.899	-2.059.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.060	0	56.060	-109.034	-52.974
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.110	-201.110	-1.803.865	-2.004.975
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-54.569	-54.569	-382.608	-437.177
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-146.541	-146.541	-1.421.257	-1.567.798
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-1.763	-1.763	0	-1.763
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.763	-1.763	0	-1.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	755	1.307.839	0	-128.225	85.418	1.265.787	4.148.151	5.413.938

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.497.924	6.030.326	5.806.030
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.050.686	5.965.964	5.001.009
7.01.02	Outras Receitas	-552.762	64.362	805.021
7.01.02.01	Deduções da Receita Bruta	-65.593	-433.492	-356.858
7.01.02.02	Ganhos Realizados em Investimentos	53.053	324.053	461.671
7.01.02.03	Ganhos Não Realizados em Investimentos	-640.855	41.386	554.301
7.01.02.04	Taxas de Administração e Performance	29.197	44.024	32.247
7.01.02.05	Outras Receitas	71.436	88.391	113.660
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.586.465	-5.019.753	-4.261.267
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.018.441	-4.443.107	-3.624.347
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-568.024	-447.772	-575.980
7.02.04	Outros	0	-128.874	-60.940
7.03	Valor Adicionado Bruto	-88.541	1.010.573	1.544.763
7.04	Retenções	-223.838	-245.505	-255.782
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-223.838	-245.505	-255.782
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-312.379	765.068	1.288.981
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-354.005	199.769	121.515
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.414	2.261	17.591
7.06.02	Receitas Financeiras	80.162	203.900	107.264
7.06.03	Outros	-436.581	-6.392	-3.340
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-666.384	964.837	1.410.496
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-666.384	964.837	1.410.496
7.08.01	Pessoal	168.672	309.639	269.566
7.08.01.01	Remuneração Direta	168.672	309.639	269.566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.410	77.670	5.735
7.08.02.01	Federais	1.973	76.042	4.492
7.08.02.02	Estaduais	-1.991	0	0
7.08.02.03	Municipais	1.428	1.628	1.243

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.120	616.118	1.188.169
7.08.03.01	Juros	355.623	601.502	745.643
7.08.03.02	Aluguéis	2.497	14.616	8.778
7.08.03.03	Outras	0	0	433.748
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.191.905	31.345	-52.974
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.191.905	31.345	-52.974
7.08.05	Outros	-2.681	-69.935	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O crescimento econômico brasileiro desacelerou substancialmente para 2,7% em 2011, dada a volatilidade do cenário internacional e o corte de gastos promovidos pela presidente Dilma Rousseff para afastar as preocupações com a inflação. O Banco Central aumentou a taxa Selic cinco vezes até julho, atingindo um pico de 12,5% a.a., e depois retrocedeu no segundo semestre, acompanhando o desaquecimento da economia. Após outra redução de 75 pontos-base em março de 2012, a taxa Selic atingiu 9,75%, seu menor nível anualizado desde meados de 2010. A inflação medida pelo IPCA foi de 6,5% em 2011, atingindo o limite superior da meta do Banco Central. Para 2012, o mercado espera que a inflação caia para 5,3% e o crescimento se recupere, alcançando aproximadamente 3,3%. O desemprego continuou a cair, atingindo 4,7% em dezembro nas seis maiores regiões metropolitanas e registrando uma média de 6% no ano. A arrecadação de impostos registrou um aumento estimado em dois pontos percentuais e atingiu um valor recorde, equivalente a 36,2% do PIB, o que contribuiu para um superávit primário equivalente a 3,1% do PIB e para a redução da dívida pública em um ponto porcentual, para estimados 36,5% do PIB.

No início de 2012, o índice de aprovação da presidente Dilma Rousseff subiu após um primeiro ano atribulado. No início de fevereiro, o país deu um passo importante com os bem-sucedidos leilões de concessões de três grandes aeroportos, os quais sinalizaram um potencial para mais oportunidades para investimentos privados em infraestrutura. As eleições de outubro para prefeitos e vereadores dominarão o cenário político deste ano.

No ano passado, a entrada de investimentos estrangeiros diretos no país atingiu o recorde de US\$66,7 bilhões. O Ibovespa registrou queda de 19% – 8% somente no último trimestre –, mas começou o ano com uma recuperação de 9,1% em janeiro. Até 26 de março, esse índice havia subido 17,5%. Essas tendências de mercado naturalmente influenciaram os preços das ações das nossas companhias listadas, mas não tiveram nenhum impacto significativo em suas operações.

Um dos nossos destaques de 2011 foi a aquisição, pelo GPCPIII e co-investidores, dos 65% da Fogo de Chão que ainda eram detidos por seus fundadores. A aquisição foi integralmente financiada por uma nova linha de crédito e garantiu à GP Investments o controle integral da companhia. A Fogo de Chão continua crescendo substancialmente: no Brasil, abriu seu primeiro restaurante no Rio de Janeiro com excelentes resultados e inaugurou uma unidade em Las Vegas em novembro. A unidade de Orlando foi aberta em março de 2012 e três novos restaurantes devem ser inaugurados em 2012, dois nos Estados Unidos e um no Brasil. Além disso, a Fogo de Chão registrou um aumento de 7% em SSS (*Same Stores Sales*) em 2011. Em razão dessas conquistas, revisamos o valor da participação indireta da GP Investments na Fogo de Chão para US\$55,0 milhões.

O contrato da Tempo para prestação de serviços de assistência a todos os beneficiários de seguros de vida e residencial da Caixa Seguradora S.A. começou a gerar resultados positivos relevantes. A unidade de planos odontológicos da companhia, que teve as marcas Prevdonto e Odonto Empresas unificadas sob a marca Tempo Dental, atingiu 648 mil beneficiários.

No terceiro trimestre, a BR Properties assinou um Memorando de Entendimento para incorporar a BTG/Wtorre por meio de uma permuta de ações, criando uma das maiores incorporadoras comerciais brasileiras, com aproximadamente 2,1 milhões de m² de área bruta locável, no valor

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de aproximadamente R\$10 bilhões. A transação foi aprovada pelos acionistas da companhia em 29 de março de 2012. A venda de sete imóveis do portfólio com retornos bastante atraentes contribuiu para os bons resultados de 2011.

A Magnesita teve êxito em manter suas margens em 2011, apesar do cenário de mercado ainda desafiador, e prosseguiu firmemente com seu plano de atingir 90% de integração vertical da produção. Três novos contratos CPP foram negociados, elevando o número dessas transações para 59. As exigências de capital de giro foram reduzidas e os esforços de crescimento foram concentrados fora da América do Sul.

A BHG expandiu o seu portfólio de hotéis e continua a perseguir sua estratégia de crescimento. Nas primeiras semanas de 2012, a BHG anunciou a aquisição do Grupo Solare, estabelecendo presença no mercado de turismo de negócios do Maranhão. O Grupo Solare administra oito hotéis com um total de 1.100 quartos, aumentando o portfólio de hotéis próprios e administrados pela BHG para 43 hotéis e 7.804 quartos.

A LBR continuou a expandir a distribuição e aumentar a presença de produtos de alto valor agregado no *mix* geral, enquanto a Allis foi bem-sucedida em reduzir as despesas com vendas, gerais e administrativas e desenvolver um sólido *pipeline* comercial, que deve contribuir para um melhor desempenho de vendas em 2012.

A Estácio encerrou 2011 com uma base total de 240 mil alunos, dos quais 200,6 mil em cursos presenciais e 39,4 mil em cursos a distância. O segmento de ensino a distância cresceu substancialmente, aumentando sua base de estudantes em 50,4% comparado com 2010, e a companhia continua a focar em crescimento orgânico e aquisições com qualidade de ensino.

A Sascar, a mais recente companhia de portfólio, registrou crescimento de 37% das receitas líquidas ao longo do ano e implementou melhorias operacionais positivas. A companhia encerrou 2011 com 219 mil veículos sob cobertura, um aumento de 39 mil assinantes comparado a 2010.

Estamos confiantes de que o Brasil seguirá crescendo em 2012, com sólidos fundamentos macroeconômicos garantindo a estabilidade mesmo em um cenário internacional de incertezas. Tanto nosso portfólio quanto nosso *pipeline* estão bem posicionados para tirar proveito das perspectivas de crescimento do país. Com os robustos ativos que possuímos em nosso portfólio e os US\$622,2 milhões a serem investidos pelo GPCPV, acreditamos que a GP Investments, as companhias do nosso portfólio e os nossos investidores registrarão resultados excelentes.

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

GP Investments, Ltd. ("Companhia" ou "GP" ou "Controladora") é uma companhia domiciliada nas Ilhas das Bermudas ("Bermudas") e suas operações abrangem o negócio de *private equity*, que inclui a administração dos fundos de investimentos (doravante denominados de "*limited partnerships*"), a qual é exercida direta ou indiretamente por meio de suas controladas, GP Investments III (Cayman), Ltd. ("GP3"), GP Investments IV Ltd. ("GP4"), GP Investments V, Ltd. ("GP5"), GP Holdings, Inc. ("GP Holdings"), GP Investimentos S.A. ("GP Inv"), GP Private Equity Ltd. ("GPPE") e GP Cash Management, Ltd. ("GP Cash").

As ações da Companhia são listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo e negociadas no mercado Euro MTF e, no Brasil, as ações são também listadas e negociadas na forma de *Brazilian Depositary Receipts* ("BDR") na BM&FBOVESPA.

O negócio de *private equity* é conduzido por meio da GPPE, direta ou indiretamente, através dos fundos de *private equity* administrados pela Companhia, a citar, GP Capital Partners III, LP ("GPCP3"), GP Capital Partners IV, LP ("GPCP4") e GP Capital Partners V, LP ("GPCP5"). A administração desses fundos é realizada pelas controladas GP3, GP4 e GP5 (administradores dos fundos doravante denominados de "*General Partners*"). A estratégia da GP é adquirir o controle do capital votante ou controle conjunto por meio de acordo de acionistas, em empresas selecionadas com potencial de crescimento e que possam atingir posições de destaque em seus respectivos setores de atuação.

Como remuneração por atuar como administradora dos fundos, a GP recebe taxas de administração semestralmente ou trimestralmente, sendo diferidas e apropriadas ao resultado no período em que os respectivos serviços são prestados. As taxas de administração são determinadas pelos valores dos patrimônios líquidos dos fundos administrados. Além das taxas de administração, a GP também cobra taxas de *performance* dos quotistas quando os investimentos realizados superam uma determinada taxa de retorno. Essas taxas de *performance* só são pagas quando da realização dos investimentos, e reconhecidas como receita de gestão de fundos, *performance* e ganhos (perdas).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais para atender aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") uma vez que as ações da Companhia são negociadas na forma de BDRs. Assim sendo, as demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras em reais, apresentadas para atender aos requerimentos da CVM no contexto das ações da Companhia negociadas na forma de BDRs, não resultam da conversão das demonstrações financeiras primárias.

Os registros contábeis da GP são mantidos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("US GAAP") e em dólares norte-americanos ("demonstrações financeiras primárias").

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste contexto e em conformidade com a regra de US GAAP ASC 946: "*Financial Services - Investment Companies Topic (Investment Company Guide)*", GPCP3, GPCP4 e GPCP5 foram considerados *investment companies* e assim, não consolidam seus investimentos, que são registrados pelo seu valor justo de mercado. Conforme ASC 946, uma companhia de investimento (*investment company*) é uma entidade legal separada cujo propósito de negócio e atividade compreende as seguintes características: (a) investir em múltiplos investimentos; (b) investir para fonte corrente de renda; apreciação de capital, ou ambos, e (c) investir em planos de investimentos que incluam estratégias de saída. Consideram-se também companhias de investimentos aquelas que não: (i) adquirem ou mantêm investimentos com propósito de operação estratégica ou (ii) obtêm benefícios (além de fonte corrente de renda, apreciação de capital, ou ambos) de suas investidas que seriam indisponíveis para não investidores que não fossem considerados como partes relacionadas dessas investidas. As demonstrações financeiras primárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de março de 2012.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da GP. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na Nota 3.

Como a Companhia opera um único negócio, representado pelo negócio de *private equity*, conforme mencionado na 2.3 e, desta forma, não é aplicável a apresentação das informações segmentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia ocorre nesta moeda. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras em reais para atender aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no contexto do programa de ações da Companhia negociadas na forma de BDRs. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram apresentadas em reais. Essa conversão não deve ser interpretada como se os montantes em dólares norte-americanos representassem, tivessem representado ou pudessem ser convertidos em reais.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas exclusivamente para atender aos requerimentos da CVM no contexto do programa de ações da Companhia negociadas na forma de *Braslian Depositary Receipts* (BDRs), e podem não ser úteis para avaliação da capacidade econômica e financeira da Companhia assim como a capacidade da Companhia de distribuir dividendos tendo como base os resultados apresentadas nessas demonstrações financeiras.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

equivalência patrimonial. No caso da GP, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que no IFRS seriam reconhecidas pelo custo ou valor justo.

A participação da GP nos lucros ou prejuízos de suas controladas pós-aquisição e nos outros resultados abrangentes, depois de eliminar resultados não realizados, é reconhecida na demonstração do resultado e na demonstração de resultado abrangente, respectivamente. As movimentações cumulativas pós-aquisição têm como contrapartida o valor contábil do investimento. Quando a participação da GP nas perdas de uma controlada for igual ou superior a sua participação nesta controlada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a GP não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são definidas como as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a GP, inclusive por meio dos fundos de *private equity* sob a sua gestão e participação como um dos seus *Limited Partners*, tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a GP controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a GP. A consolidação é interrompida a partir da data em que a GP deixa de ter o controle.

Em 31 de dezembro de 2011 as empresas controladas pela GP estão envolvidas principalmente nas seguintes atividades:

- Allis Participações S.A. (“Allis”) - a empresa atua na prestação de serviços nas áreas de limpeza e manutenção, promoção, recrutamento e seleção e cessão de mão de obra, inclusive temporária, no mercado brasileiro.
- BRZ Investimentos S.A. (“BRZ”) - a empresa é uma gestora independente de ativos no Brasil. Oferece um portfólio diversificado em investimentos de produtos que inclui renda variável, crédito, longo prazo e macro/multimercados, além de fundos de *private equity*.
- Fogo de Chão Churrascarias, LLC (“Fogo de Chão”) – é uma tradicional rede de churrascarias, que opera tanto no Brasil e no mercado norte-americano. Opera atualmente um total de 23 restaurantes, sendo sete restaurantes no Brasil e dezesseis nos Estados Unidos.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- San Antonio Internacional Ltd (“San Antonio”) - empresa que atua no fornecimento de soluções de perfuração, serviços e gerenciamento na indústria do petróleo e gás, além de oferecer a seus clientes serviços de Exploração e Produção (E&P).
- Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A. (“Sascar”) - a empresa atua no setor de gestão de recursos móveis, oferece uma vasta gama de soluções de monitoramento em tempo real, com foco na localização e recuperação de veículos roubados e no aprimoramento de inteligência na gestão de frotas.

Adicionalmente, a GP direta e indiretamente detinha 47,77% do GPCP3, 31,56% do GPCP4 e 47,46% do GPCP5 em 31 de dezembro de 2011. A Companhia determinou que os *Limited Partners* do GPCP3, GPCP4 e GPCP5 não detêm outros direitos de participação substancial ou direitos de dissolução nas *Limited Partnerships*, como resultado o GP3 consolida as contas do GPCP3, GP4 consolida as contas do GPCP4 e o GP5 consolida as contas do GPCP5, os quais são consolidados pela Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da GP são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela GP.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a GP deixou de consolidar as empresas Magnesita Refratários S.A. (“Magnesita”), Laticínios Morrinhos Ind. Com. Ltda. (“Leitbom”), BHG S.A. – Brazil Hospitality Group (“BHG”) e suas respectivas controladas, e passou a consolidar as companhias Sascar e Fogo de Chão e suas empresas controladas.

As principais companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da GP junto com a percentagem de participação, direto ou indireto, no capital social são:

Empresa	País	Percentual	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Algarve LLC	Estados Unidos	100,0	100,0
Almadena Inc.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
Alumina Holdings LLC	Estados Unidos	21,7	22,8
Basel Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
Belmonte Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
Berna Participações S.A.	Brasil	44,4	100,0
Bexia Holdings Inc.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
Brp Fund, LP	Ilhas Cayman	89,0	89,0
Caconde Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
Caianda Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
GP Capital Partners III L.P.	Ilhas Cayman	47,7	47,7
GP Capital Partners IV L.P.	Ilhas Cayman	31,6	31,6
GP Capital Partners V L.P.	Ilhas Cayman	46,4	57,0
GP Cash Management Ltd.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GP Holdings Inc.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GP Investimentos Ltda.	Brasil	100,0	100,0
GP Investimentos S.A.	Brasil	100,0	100,0
GP Investments III Ltd.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GP Investments IV Ltd.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GP Investments V Ltd.	Ilhas Cayman	100,0	100,0

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	País	Percentual	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
GP New III. Ltd.	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GP Private Equity Ltd	Ilhas Cayman	100,0	100,0
GPCM LLC	Estados Unidos	100,0	100,0
Grafita Holdings Inc.	Ilhas Cayman	21,7	22,8
Grucai Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
HR Holding LLC	Estados Unidos	31,6	31,6
Itaitinga Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
Magma Fund II L.P.	Ilhas Cayman	28,4	28,4
Monitor (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	46,4	
Oil Administradora, LLC	Estados Unidos	21,3	20,3
Oil Administradora, Ltd.	Ilhas Cayman	21,3	20,3
Setiba Participações S.A.	Brasil	100,0	100,0
Staff Holding Ltd.	Ilhas Cayman	31,6	31,6
BRZ Investimentos S.A. e suas controladas	Brasil	91,6	87,8
San Antonio Internacional Ltd. e suas controladas	Bermudas	20,1	22,8
Allis Participações S.A. e suas controladas	Brasil	23,8	23,8
Sascar Participações S.A. e suas controladas	Brasil	20,6	
245 LLC	Estados Unidos	46,4	
FC Holdings e suas controladas	Estados Unidos	50,0	

Em conformidade com o CPC 36 (equivalente ao IAS 27) - "Demonstrações Consolidadas", a Companhia está efetuando a consolidação das investidas de acordo com a definição de controle estabelecido por esse pronunciamento. Portanto, as investidas em que a Companhia tem poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, mesmo que acompanhada de uma participação inferior a 50%, estão sendo consolidadas.

(ii) Transações e participações não controladoras

A GP trata as transações com participações de não-controladores como transações com proprietários de ativos da GP. Para as compras de participações de não-controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a GP deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a GP tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a GP tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos em coligadas detidos pelos fundos de *Private Equity (Limited Partnerships)* são demonstrados no balanço patrimonial da Companhia pelo seu valor justo, mesmo que *Limited Partnerships* possuam influência significativa sobre tais investidas. Este tratamento contábil está baseado no CPC 18 e IAS 28 - "Investimentos em Coligadas", que permitem que organizações de capital de risco, fundos mútuos, trustes, entidades fiduciárias e entidades similares, incluindo fundos de seguro vinculados a investimentos registrem o investimento em coligada ao valor justo, desde que, no reconhecimento inicial, tenham sido (i) designados (classificados) como mensurados ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) classificados como instrumentos financeiros mantidos para negociação de acordo com os requisitos do CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais investimentos devem ser mensurados ao valor justo, com as mudanças no valor justo sendo reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem (Nota 7).

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da GP.

Conforme explicado na Nota 1, a GP é uma *investment company*. Dessa maneira a GP possui um único segmento operacional que é o *private equity* e a informação que é avaliada pela Diretoria-Executiva, é consistente com a informação que é divulgada nestas demonstrações financeiras, bem como nas demonstrações financeiras primárias da Companhia.

2.4 Consolidação e perda de controle de investimentos

(a) Companhias que deixaram de ser consolidadas em 2011

(i) BHG

Em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da BHG aprovou o aumento do capital social de R\$ 640,8 milhões, para R\$ 725,8 milhões, que é feito dentro do limite do capital autorizado, que é de até R\$ 1.500 milhões, mediante a emissão de 4.594.594 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 18,50 por ação. A participação do fundo de *private equity* GPCP4, caiu de 45,52% para 40,42%.

A administração entendeu que devido a esta redução, a GP deixou de ter controle em conformidade com o CPC36 e a partir desta data deixou de consolidar a empresa BHG e passou a apresentar seu investimento a valor justo no montante total de R\$ 340.636. Nesta data a Companhia reconheceu uma perda de R\$ 86.825, registrada na rubrica "Outros (perdas) ganhos, líquidos" (Nota 29).

(ii) Magnesita

Em 14 de fevereiro de 2011, foram emitidas 33.770.000 ações ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 8,25 por ação totalizando R\$ 278,6 milhões. O valor recebido foi utilizado para pagamento de financiamento de Nota de Crédito de Exportação do Banco Itaú BBA S.A. A participação dos fundos de

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

private equity administrados pela GP em conjunto com outros acionistas que fazem parte do bloco de controle caiu para 42,92%.

A participação da GP na investida foi reduzida e não atende mais as definições de controle conforme o CPC36 e portanto, a partir desta data deixou de consolidar a empresa Magnesita e passou a apresentar seu investimento a valor justo no montante total de R\$ 458.987. Nesta data a Companhia reconheceu uma perda de R\$ 43.504, registrada na rubrica "Outros (perdas) ganhos, líquidos" (Nota 29).

(iii) LBR

Em 22 de dezembro de 2010, a LeitBom (antiga denominação da LBR) e a Laticínios Bom Gosto S.A. ("Bom Gosto"), assinaram um acordo de associação, que previu a incorporação das ações da Bom Gosto pela Leitbom. Em 4 de janeiro de 2011, todas as condições precedentes foram concluídas e a Leitbom e a Bom Gosto assinaram um acordo de fusão criando a LBR, uma companhia com atuação nacional, capaz de oferecer um leque completo de produtos e marcas. Ademais, foi feito um aumento de capital na LBR no montante de R\$ 450.000, integralmente subscrito pelo BNDES, emitida uma debênture conversível no montante de R\$ 250.000, também integralmente subscrita pelo BNDES. A Monticiano passou a ser o maior acionista individual da LBR, com uma participação de 40,5%.

A participação da GP na investida foi reduzida e não atende mais as definições de controle conforme o CPC36 e, sendo assim, a partir desta data deixou de consolidar a empresa LBR e passou a apresentar seu investimento a valor justo no montante total de R\$ 469.437. Nesta data a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 51.584, registrado na rubrica "Outros (perdas) ganhos, líquidos" (Nota 29).

Em 4 de janeiro de 2011, foi assinado Contrato de Promessa de Subscrição de Ações, sendo deliberado na mesma data em Assembleia Geral Extraordinária a autorização para emissão de 231.958.763 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço unitário por ação correspondente a R\$ 1,94, totalizando R\$ 450.000. A totalidade dessas ações foi integralmente subscrita pelo BNDESPAR - BNDES Participações S.A. em moeda corrente nacional no dia 27 de janeiro de 2011.

(b) Novas operações consolidadas em 2011

(i) Fogo de chão

A Fogo de Chão é uma tradicional rede de churrascarias, que opera tanto no Brasil e no mercado norte-americano. Fundada em 1979, a Fogo de Chão opera atualmente um total de vinte e cinco restaurantes, sendo sete restaurantes no Brasil e dezoito nos Estados Unidos.

Em 7 de agosto de 2011, a GP Investments, Ltd., por meio do fundo de *private equity* GPCP3 anunciou a aquisição de uma participação adicional de 65% na Fogo de Chão Churrascarias (Holdings), LLC ("Fogo de Chão"). A referida aquisição resultou na concentração de 50% da Fogo de Chão nas mãos dos acionistas controladores, enquanto os co-investidores v o manter os 50% restantes por meio dos fundos geridos pela GP.

Nessa combinação de negócios, o valor atribuído aos ativos líquidos da Fogo de Chão nesta transação foi positivo em R\$ 50.328, que deverá ser utilizado pelos novos acionistas para registro do investimento inicial na data de aquisição. Esse montante, comparado com o valor pago na aquisição de R\$ 280.424, gerou um ágio inicial de R\$ 230.096. Parte deste valor foi alocado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 32).

(ii) Sascar

A Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A. ("Sascar"), uma empresa brasileira que atua no setor de gestão de recursos móveis, oferece uma vasta gama de soluções de monitoramento em tempo real,

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com foco na localização e recuperação de veículos roubados e no aprimoramento de inteligência na gestão de frotas.

Em 23 de março de 2011, a GP Investments, Ltd., por meio do fundo de *private equity* GPCP5, anunciou a aquisição de uma participação de 56% na Sascar pela qual desembolsou R\$ 157 milhões.

Nessa combinação de negócios, o valor atribuído aos ativos líquidos da Sascar nesta transação foi negativo em R\$ 62.781, que deverá ser utilizado pelos novos acionistas para registro do investimento inicial na data de aquisição. Esse montante, comparado com o valor pago na aquisição de R\$ 157.000, gerou um ágio inicial de R\$ 263.705. Parte deste valor foi alocado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 32).

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da GP são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia são nesta moeda. A moeda funcional das controladas é geralmente a moeda do país em que estão inseridas. As demonstrações financeiras das controladas, cuja moeda funcional é diferente da adotada pela controladora, são convertidas para moeda funcional da Controladora utilizando os critérios definidos no IAS 21 e CPC 02.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas controladas

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades investidas pela GP, ou por meio dos seus fundos de *private equity* (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, com exceção da empresa San Antonio Internacional Ltd., na Venezuela), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

A GP classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a GP se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a GP tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (incluindo os investimentos de *private equity* - não controlados pela GP)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são: (i) ativos financeiros mantidos para negociação adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo, ou (ii) aqueles que no momento do seu reconhecimento inicial são designados nesta categoria devido a que são gerenciados e o seu desempenho avaliado em base do valor justo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

A Companhia classifica nesta categoria os investimentos de *private equity* que não são controlados, feitos pelo GPCP3, GPCP4 e GPCP5. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado operacional" no período em que ocorrem.

Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da GP de receber os dividendos.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da GP compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 10 e 6). Os empréstimos e recebíveis são, inicialmente, reconhecidos ao seu valor nominal que se aproxima a seu valor justo por ter vencimentos

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de curto prazo e, subseqüentemente, são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de "Outras receitas", quando é estabelecido o direito da GP de receber pagamentos.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receita financeira".

2.7.2 Determinação do valor justo

Os IFRS e os CPCs definem o valor justo de mercado e estabelecem uma estrutura para mensurar o valor justo de mercado e divulgar as bases de medição do valor justo. Entre outras determinações, é requerida a utilização de técnicas de avaliação do valor justo que maximizem o uso de critérios observáveis e que reduzam a adoção de critérios não observáveis. As aplicações financeiras em títulos mobiliários e investimentos são classificados de acordo e os seus valores de mercado são baseados numa das seguintes categorias:

- Nível I - cotações de mercado (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, nos quais a Companhia tem acesso na data-base da avaliação. Um mercado ativo para um ativo ou passivo é um mercado no qual as transações desses ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para proporcionar informações de precificação em bases correntes.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela GP é o preço de concorrência atual.

- Nível II - outras variáveis que não cotações de mercado consideradas no Nível I e que são observáveis para ativos e passivos, direta ou indiretamente, tais como: cotações de mercado para ativos e passivos similares em mercados ativos ou não, e outras variáveis que não cotações de mercado observáveis (por exemplo, taxas de juros e retornos esperados observáveis para situações similares de intervalo, volatilidade, pré-pagamentos, risco de crédito e nível de inadimplência). Determinados ajustes para essas variáveis podem ser adotados, baseados, por exemplo, no volume e nível de atividade nos mercados nos quais tais variáveis são observáveis.
- Nível III - variáveis não observáveis para ativos e passivos. Variáveis não observáveis são utilizadas para avaliar o valor justo, na medida em que tais variáveis observáveis não estão disponíveis e representam as premissas adotadas pela Companhia acerca das premissas que os demais

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participantes do mercado utilizariam para precificar tais ativos e passivos. Variáveis não observáveis devem ser desenvolvidas de acordo com a informação disponível mais adequada nas circunstâncias e são altamente dependentes do julgamento da administração.

2.7.3 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A GP avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, e os prejuízos de *impairment* são incorridos, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A GP avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*, sendo que para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a GP, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Como um expediente prático, a GP pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para venda

A GP avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos, em cujos casos os ganhos ou perdas do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades das companhias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando trazido a valor presente, menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). A provisão para perdas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas, consistente com a política de *impairment* de ativos financeiros ao custo amortizado.

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela GP, são reconhecidos como ativos intangíveis quando critérios estabelecidos pelo CPC 4 são atendidos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.13 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, nos anos em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

A GP e as suas controladas agregam mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	10 - 26
Máquinas e equipamentos, inclusive de informática	5 - 25
Instalações	10 - 25
Equipamentos de transporte	3 - 18
Móveis, utensílios e outros	5 - 11

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 16).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.14 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.15 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive bônus perpétuos que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a GP ou suas controladas no nível individual, tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido o trânsito em julgado favorável, sobre o qual não cabe mais recursos, caracterizando o ganho como certo.
- (b) Passivos contingentes tributários e previdenciários - são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As contingências tributárias e previdenciárias classificadas como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras e as classificadas como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

- (c) Passivos contingentes trabalhistas - são reconhecidas sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O reconhecimento destas provisões considera as ações em aberto e a média histórica de perdas.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia e as suas controladas atuam e geram lucro tributável.

Bermudas, país sede da GP, não cobra impostos sobre renda, ganhos societários ou de capital. Assim, não foi constituída nenhuma provisão para impostos sobre a renda nas informações financeiras primárias em relação à Companhia, GPPE e GP Cash.

GP3, GP4, GP5 e GP Holdings são sociedades constituídas nas Ilhas Cayman, estando isentas de impostos. A subsidiária indireta, BRZ Investimentos S.A., sociedade sediada no Panamá, não registra quaisquer rendimentos de fontes panamenhas e, portanto, também não se faz necessária a constituição de provisão para impostos sobre a renda.

As controladas indiretas da GP estão sediadas em vários países com legislações específicas diferenciadas. Em sua maior parte, essas controladas estão sediadas no Brasil, pelo que a legislação fiscal brasileira é aquela que impacta de forma mais importante o imposto sobre renda reconhecido no balanço consolidado.

O imposto sobre renda no Brasil compreende o imposto de renda da pessoa jurídica (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%), conforme legislação vigente. Para contribuintes sujeitos ao regime de apuração do lucro real a alíquota combinada é 34%. Como permitido pela legislação tributária, certos contribuintes, com faturamento anual menor que um determinado valor, optam pelo regime de apuração do lucro presumido. Para estes contribuintes, o imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre um montante que corresponde a 32% das receitas brutas adicionadas as receitas financeiras. Sobre este montante são aplicadas as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é registrado de acordo com a perspectiva de realização no nível individual de cada empresa que compõem o consolidado, observando os seguintes critérios:

- (i) O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
- (iii) Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelas companhias, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

Algumas das controladas da GP participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo apurado pelos atuários independentes relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Tais valores são reconhecidos diretamente no resultado

As dívidas contratadas entre as controladas e os planos de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados ao resultado no período.

Para o plano de contribuição definida, as controladas pagam contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, as controladas não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Os critérios de reconhecimento e mensuração, bem como as premissas atuariais, estão apresentadas na Nota 22.

(b) Remuneração com base em ações (liquidações em ações)

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 10 e IFRS 2 que requerem que todos os pagamentos baseados em ações para os funcionários, incluindo a concessão de plano de opções de compra de ações, sejam reconhecidos nas informações financeiras primárias com base no seu valor justo.

A Companhia e algumas de suas controladas outorgam benefícios a seus empregados a serem liquidados em ações. Nesses planos de opções de instrumento de patrimônio, o custo do benefício do prêmio pago ao empregado é baseado no valor justo da opção e reconhecido durante o período do serviço prestado

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com o correspondente crédito no patrimônio líquido. O período do serviço prestado é o período durante o qual o empregado presta o serviço em troca do prêmio, considerado como período de aquisição.

Os valores recebidos no exercício da opção, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável.

2.20 Capital social

As ações ordinárias da Companhia são divididas em Classe A e Classe B.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Os acionistas detentores das ações de Classe A possuem participação limitada e direitos de voto que estão definidos no Estatuto Social. Acionistas detentores das ações de Classe B terão direito a voto em todos os assuntos encaminhados nas reuniões de acionistas. Acionistas de Classe A e acionistas de Classe B podem receber um dividendo de 25% do lucro líquido anual da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras em US GAAP, quando aprovado pelo Conselho de Administração.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades das controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado.

A GP e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das controladas, conforme descrição a seguir.

(a) Reconhecimento de receita com as taxas de administração e de *performance*

(i) Taxa de administração

De forma geral, as taxas de administração são recebidas antecipadamente, semestralmente ou trimestralmente, sendo diferidas e apropriadas ao resultado no período em que os respectivos serviços são prestados. As taxas de administração são determinadas pelos valores dos patrimônios líquidos dos fundos administrados. Tais receitas são registradas pelo regime de competência à medida que os serviços são prestados e são recebidos mensalmente. As taxas de administração são pagas pelos fundos para os General Partners.

(ii) Taxa de *performance*

As taxas de *performance* são reconhecidas como receitas apenas quando ocorre seu pagamento, ou por regime de competência no período em que for assegurado, de maneira incondicional, o montante a pago pelo fundo ao General Partner. Outras receitas, sobretudo serviços de consultoria, são registradas pelo regime de competência à medida que os serviços são prestados.

Os fundos de *private equity* administrados pela GP possuem a obrigação de pagar taxa de *performance* de acordo com a seguinte prática e respectiva ordem:

- . 100% do valor agregado investido no Fundo pelo Limited Partner.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . 100% do valor agregado pago pelo Limited Partner a título de taxa de administração e contribuições adicionais para pagamento de despesas administrativas do Fundo.
- . 100% do valor agregado correspondente a taxa de retorno pactuada entre o General Partner e o Limited Partner sobre o valor investido no Fundo.
- . Do valor do caixa remanescente deduzido dos itens acima, ainda é alocado, conforme regras específicas dos *Partnership Agreements*, a taxa de performance ao General Partner.

(b) Venda de produtos e serviços

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. As controladas que efetuam esta atividade, adotam como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Receita de dividendos

Para investimentos classificados como de valor justo por meio de resultados e disponíveis para venda, a receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela GP

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da GP iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da GP.

- IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39, "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz nova exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", emitido em maio de 2011. O IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma é aplicável para períodos posteriores a 10 de janeiro de 2013 e sua adoção prévia é permitida.

2.23 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a GP faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, a GP testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, agrupando os saldos contábeis dos ativos (incluindo o ágio) e passivos da UGC à qual o ágio pertence, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.14. Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, por meio de metodologias de múltiplos de EBITDA e fluxos de caixa descontados, que utilizam principalmente premissas de taxas de crescimento, taxas de desconto e margens esperados (Nota 15).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Algumas empresas controladas direta ou indiretamente pela GP, estão sujeitas ao imposto de renda nos países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nos diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A GP também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A GP usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A GP utilizou metodologias como fluxo de caixa descontado, múltiplos de EBITDA, entre outras para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos em *private equity*, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão

A controlada Magnesita e algumas de suas controladas participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Magnesita determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Magnesita considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Definição de controle, controle compartilhado e influência significativa

A administração avalia o grau de relacionamento existente entre a Companhia e suas investidas, de modo a definir a forma de mensuração desses investimentos. Tal análise é efetuada considerando todos os fatos e circunstâncias existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, e considera, principalmente os documentos formais que definem controle, que ocorre quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exige o consentimento dos acionistas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os riscos financeiros da GP e suas controladas são monitorados em dois níveis. Considerando a natureza do seu negócio, a GP foca-se principalmente no monitoramento dos riscos da sua atividade de *private equity*. De outro lado, as empresas controladas de portfólio administram seus riscos financeiros de forma independente em função das diretivas dos seus órgãos de gestão (geralmente o conselho de administração), nos quais a GP faz parte.

Devido às atividades da GP e de cada empresa de portfólio, elas estão expostas a riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco de cada empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro das mesmas. A GP e as empresas de portfólio podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Esta sessão aborda, quando for necessário, a gestão de riscos financeiros segregados em esses dois níveis (GP e empresas do seu portfólio).

GP no segmento de *private equity*

A GP realiza análises periódicas de seus riscos. O processo de gerenciamento de risco baseia-se em grande parte, na apresentação de riscos mapeados no processo de monitoramento da Tesouraria. O mapeamento de risco é formalmente acompanhado e aprovado pelo Comitê de Investimento.

Empresas de portfólio consolidadas pelos Fundos de *private equity*

A gestão de risco das empresas de portfólio é feita de forma independente da GP e das demais empresas investidas pelos fundos de *private equity* administrados pela GP.

Cada empresa de portfólio possui suas políticas de gerenciamento de risco aprovadas pela administração e pelo Conselho de Administração de cada empresa. A GP é membro desses Conselhos de Administração.

Por meio da atuação no conselho de administração das empresas de portfólio, a GP acompanha e aprova as políticas de gerenciamento de risco e as exposições líquidas de cada empresa. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas para a gestão de risco, bem como para áreas específicas,

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Por meio da atuação nos conselhos de administração das empresas de portfólio, a GP também estabelece que as mesmas adotem uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento deve ser feito sistematicamente pelo conselho de administração atentando para:

- (i) manutenção da liquidez desejada, (ii) definição do nível de concentração de suas operações, e (iii) controle do grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.

As empresas de portfólio devem, sempre que possível, realizar operações de derivativos visando sempre proteger seus passivos financeiros e reduzir sua exposição cambial, com o objetivo de evitar o descasamento entre moedas e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

GP no segmento de *private equity*

A GP detém ativos e passivos monetários e não monetários denominados em outras moedas que não a moeda funcional (os dólares norte-americanos). É, portanto, exposta a riscos cambiais, como o valor dos instrumentos financeiros denominados em outras moedas venha a flutuar devido a mudanças nas taxas de câmbio. A Tesouraria da GP é responsável pela gestão da exposição líquida das posições monetárias e não monetárias em cada moeda estrangeira.

A política da GP, como gestora de fundos de *private equity*, é gerenciar sua exposição líquida em moedas a movimentos cambiais (monetários e não monetários) usando contratos de derivativos. No entanto, a GP não adota a política contábil de *hedge accounting*. A perda máxima da GP está limitada ao capital investido pelos fundos de *private equity* que administra, independente das posições assumidas pelas empresas investidas.

Empresas de portfólio consolidadas pelos Fundos de *private equity*

A GP fornece diretrizes às empresas investidas pelos fundos de *private equity* ("empresas de portfólio") para que administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A moeda funcional das empresas do portfólio é principalmente o real, portanto para as operações denominadas em outras moedas, a administração da GP estabelece que sejam analisadas as possibilidades de proteção das suas posições via operações de *hedge*. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Tesouraria das empresas investidas opera de forma independente entre elas e em relação a Tesouraria da GP. A Tesouraria não é centralizada e as operações de *hedge* são feitas com o mercado. Não há transações de derivativos entre a GP e as empresas investidas pelos fundos de *private equity*.

A GP e algumas de suas controladas (empresas de portfólio) possuem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é avaliada por cada empresa individualmente dentro da exposição líquida de cada uma para avaliação de proteção ou não. Cada empresa gerencia de forma independente a gestão desses ativos, bem como os instrumentos de proteção ao risco cambial de investimentos desses investimentos no exterior, como segue:

. SAI - A companhia possui exposição a flutuações de moeda estrangeira principalmente relacionados a pesos argentinos, reais, pesos colombianos e bolívares venezuelanos. A companhia possui um swap de

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

juros na sua subsidiária na Colômbia através do qual a companhia deixa de pagar taxa variável e paga uma taxa fixa para esta dívida.

. Fogo de Chão - A companhia possui exposição a flutuações de moeda estrangeira principalmente relacionados a reais. A companhia não possui nenhuma operação financeira com derivativos para proteger-se contra o risco cambial.

Abaixo demonstramos os ativos e passivos sujeitos a tal exposição, e informamos as moedas em que os mesmos estão denominados:

31/12/2011

	<u>Real</u>	<u>Dolar</u>	<u>Outras moedas</u>	<u>Consolidado</u>
ATIVO				
Ativo Circulante	445.095	1.458.988	265.130	2.169.213
Caixa e equivalentes de caixa	179.694	370.415	21.994	572.104
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	29.796	472.130		501.926
Instrumentos Financeiros Derivativos		253		253
Estoques	29.242	29.455	96.531	155.229
Contas a receber	97.652	496.623	80.400	674.675
Tributos a recuperar	76.064	9.126	8.177	93.368
Outros Ativos Circulantes	32.644	80.983	58.027	171.655
Ativo não circulante	702.334	2.612.674	1.319.036	4.634.044
Ativos Financeiros Disponíveis p/ venda	30.198			30.198
Ativos Financeiros Valor Justo no Resultado		1.581.654		1.581.654
Tributos Diferidos	144.022	7.746	45.027	196.796
Outros Ativos Não Circulantes	118.643	19.437		138.080
Contas a receber				
Investimentos	1.836	73		1.910
Imobilizado	99.603	282.013	1.029.413	1.411.028
Intangível	308.031	721.749	244.595	1.274.375
	<u>Real</u>	<u>Dolar</u>	<u>Outras moedas</u>	<u>Consolidado</u>
PASSIVO				
Passivo Circulante	487.504	1.245.120	638.838	2.371.464
Fornecedores	55.471	75.050	202.705	333.227
Empréstimos e Financiamentos	298.058	972.411	218.365	1.488.835
Obrigações Fiscais	28.338	14.541	10.880	53.761
Outras Obrigações	45.301	110.621	103.586	259.508
Obrigações Sociais Trabalhistas	60.333	20.056	103.301	183.691
Instrumentos Financeiros Derivativos		52.439		52.439

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Passivo Não Circulante	367.161	1.323.923	364.114	2.055.199
Empréstimos e Financiamentos	199.178	1.032.297	42.795	1.274.271
Tributos Diferidos Outras Obrigações	23.078	27.705	278.645	329.429
Provisões	89.158	21.272	10.544	120.975
Outros Passivos	55.745	242.648	32.130	330.523

(ii) Risco de taxa de juros**GP no segmento de *private equity***

O risco de taxa de juros na GP decorre de depósitos bancários, aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a GP ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Os depósitos bancários são emitidos principalmente a taxas pós-fixadas. No entanto, a exposição ao risco de fluxos de caixa não é considerada relevante pela liquidação desses instrumentos no curto prazo. Os empréstimos são emitidos principalmente com taxas pós-fixadas variáveis.

Empresas de portfólio consolidadas pelos Fundos de *private equity*

A administração de taxa de juros é independente entre as empresas investidas por meio dos fundos de *private equity*. A GP na qualidade de administradora das empresas fornece lineamentos, por meio do conselho de administração das mesmas para minimizar eventuais problemas decorrentes de exposição a taxa de juros. A gestão do risco de juros de algumas das controladas é apresentada a seguir:

. San Antonio - esta empresa está exposta ao risco de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de juros. A maior parte da dívida da San Antonio é denominada em dólares norte-americanos, pesos colombianos e argentinos. A dívida denominada em pesos colombianos é baseada em uma taxa variável com base no DTF (Depósitos de Término Fixo) e a dívida denominada em pesos argentinos esta baseada a uma taxa variável baseada na BADLAR (taxa de juros determinada pelo Banco Central argentino).

. Allis - o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TR e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

. Fogo de Chao - possui empréstimo com juros renegociados trimestralmente atrelados ao Libor + 4,75% com piso da Libor fixado em 1,5%.

. Sascar - possui parcela significativa de seus empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pré-fixadas, desta forma não está exposta de forma relevante a oscilações nas taxas de juros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme abaixo:

Consolidado

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2011	Percentual
Empréstimos e financiamentos		
Prefixada	1,187,275	43.0
TJLP	2,515	0.1
LIBOR	978,809	35.4
CDI	<u>594,508</u>	<u>21.5</u>
	<u><u>2,763,107</u></u>	<u><u>100.0</u></u>
(b) Risco de crédito		

GP no segmento de *private equity*

A GP na qualidade de administrador dos fundos de *private equity*, avalia o risco de crédito decorrente principalmente da aplicação do seu caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito em investimentos em títulos e valores mobiliários.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados, conforme política estabelecida pelo Comitê de Tesouraria. Para as aplicações em títulos e valores mobiliários, são aceitos somente entidades classificadas com *rating* mínimo de *investment grade*.

A companhia possui política de caixa que permite alocação em títulos de dívida apenas de empresas Investment Grade (BBB- ou superior na escala internacional). O caixa da companhia também é depositado apenas em instituições Investment Grade.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas do portfólio consolidadas pelos Fundos de *private equity*

A administração do risco de crédito é independente entre as empresas investidas através dos fundos de *private equity*. A GP na qualidade de administradora das empresas fornece lineamentos, por meio do conselho de administração das mesmas, para a adoção de políticas de risco de crédito com o objetivo de minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência dos clientes. A GP estabelece, via conselho de administração das empresas, a adoção de uma política de trabalhar com instituições de primeira linha. A gestão do risco de crédito de algumas das controladas é apresentada as seguir:

- . SAI - instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a San Antonio a concentrações de risco de crédito consistem, principalmente, em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A empresa mantém o seu caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras de primeira linha e limita a quantidade de exposição de crédito para qualquer instituição financeira ou emitente. A base de clientes da San Antonio é composta principalmente de empresas estatais e empresas de grande porte integradas no negócio de petróleo a nível internacional, bem como pequenos produtores independentes de petróleo e gás. Em 31 de dezembro de 2011, dois clientes representavam cerca de 31% e 26% da receita combinada, respectivamente.
- . Sascar - A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.
- . Fogo de Chão - A Companhia e suas controladas mantém todo o dinheiro em contas bancárias e todos os créditos são de empresas de cartões de crédito, onde não apresentam riscos significativos.
- . Allis - a política de crédito da Companhia estabelece um limite máximo para a exposição concedida a cada cliente, por meio da análise do balanço e consulta a ferramentas como o Serasa, que possibilitam a consulta imediata ao histórico financeiro do cliente. Adicionalmente, a Companhia dispõe de ferramenta de avaliação do capital de giro de cada contrato, calculando a exposição média e máxima de capital e o número de dias em que o capital de giro fica exposto. A política de cobrança da Companhia prevê a utilização de ferramentas como PEFIN (Serasa) e a realização de protestos via cartórios e empresas de cobrança.

(c) Risco de liquidez

GP no segmento de *private equity*

A administração do risco de liquidez é criada para controlar o risco relacionado com períodos de liquidação desencontrados dos direitos e obrigações da GP. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que a GP liquide transações de maneira oportuna e segura. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente relacionados com o estabelecimento de limites técnicos, e as posições assumidas são constantemente avaliadas.

A gestão de risco de liquidez da GP é feita de forma independente das empresas de portfólio investidas pelos fundos de *private equity* administrados pela GP. Cada empresa de portfólio possui sua política de gerenciamento de risco de liquidez aprovadas pela administração e pelo conselho de administração de cada empresa.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A previsão de fluxo de caixa da GP é realizada pela Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, considerando seus compromissos de investimentos nos fundos de *private equity*.

Empresas de *portfólio consolidadas* pelos Fundos de *private equity*

A administração do risco de liquidez é independente entre as empresas investidas através dos fundos de *private equity*. A GP na qualidade de administradora das empresas fornece lineamentos, por meio do conselho de administração das mesmas para minimizar eventuais problemas de liquidez.

. San Antonio - a previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da empresa. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da SAI para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. A tesouraria também possui foco nas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a mesma não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da SAI e cumprimento de cláusulas.

. Allis - o controle da liquidez e do fluxo de caixa da Allis são monitorados diariamente pelas suas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos evitando gerar riscos de liquidez.

. Fogo de Chao – a previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da referida investida. Este departamento monitora as exigências de liquidez da empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A empresa possui uma situação confortável de geração de caixa e adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração.

. Sascar – a previsão de fluxo de caixa é realizado pela tesouraria da empresa. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sascar para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Esta empresa adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	Consolidado			
Risco - desvalorização do real	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.478.959	162.745	318.803	802.599
Fornecedores e outros exigíveis	519.113	306.351		
Derivativos financeiros	(52.438)			
Outras obrigações	311.756	322.222	15.337	2.088
	<u>2.257.390</u>	<u>791.318</u>	<u>334.140</u>	<u>804.687</u>

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Conforme explicado acima, a administração dos riscos financeiros é feita de forma diferenciada em dois níveis para a GP e o seu portfólio de controladas. A seguir está apresentada a análise de sensibilidade dos principais riscos de mercado aos quais estão expostos a GP e as suas controladas.

GP no segmento de *private equity*

(i) Sensibilidade ao risco cambial

A exposição ao risco de juros decorre de ativos ou passivos financeiros em moedas diferentes à moeda funcional da GP (dólar norte-americano). A principal exposição ao risco cambial corresponde a transações em reais e, em menor escala por operações em Euro, as quais são protegidas por meio de instrumentos derivativos (swap).

• Sensibilidade ao risco de desvalorização do Real

A GP estima que o cenário-base quando da maturidade do *swap* para a taxa do dólar norte-americano seja de R\$ 1,90 (baseado nas cotações BM&FBOVESPA). O cenário II estima a paridade entre real e dólar norte-americano de R\$ 2,37 (25% de desvalorização) e o cenário III estima a paridade entre real e dólar norte-americano de R\$ 2,85 (50% de desvalorização). No cenário-base, a Companhia teria um ganho no vencimento de R\$ 118 e nos outros dois cenários, a Companhia perderia R\$ 89.442 e R\$ 179.003, respectivamente.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a GP informa que não contrata quaisquer instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de alavancar a operação ou com fins especulativos. A GP possui instrumentos derivativos com a principal finalidade de proteger determinadas operações de possíveis volatilidades.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue quadro demonstrativo da análise de sensibilidade:

		Consolidado		
	Risco - desvalorização do real	Cenário-base	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i>	<i>Swap</i>	118	(89.443)	(179.003)
	(Risco de desvalorização do real)			
Empréstimo em real	Empréstimo	(5.930)	82.178	170.285
	(Risco de desvalorização do dólar americano)			
	Efeito líquido	(5.812)	(7.265)	(8.718)

A administração da GP acredita que os principais riscos relacionados com os derivativos contratados são:

.. Sensibilidade ao risco de valorização do Euro

A GP estima que o cenário-base quando da maturidade dos *swaps EuroUSD* em Abril/2014 e Janeiro/2016 a paridade entre Euro e dólar norte-americano será de USD 1,3090 (Abril/2014) e USD1,3129 (Janeiro/2016) (baseado nas cotações Bloomberg). O cenário II estima a paridade entre Euro e dólar norte-americano de USD 1,6363 (Abril/2014) e USD1,6412 (Janeiro/2016) (25% de desvalorização) e o cenário III estima a paridade entre Euro e dólar norte-americano de USD 1,9635 (Abril/2014) e USD1,9694 (Janeiro/2016) (50% de desvalorização). No cenário-base, a Companhia teria um ganho no vencimento de R\$ 0 e nos outros dois cenários, a Companhia perderia R\$ 5.975 e R\$ 11.003, respectivamente.

Segue quadro demonstrativo da análise de sensibilidade:

		Consolidado		
	Risco – valorização do EUR/USD	Cenário-base	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i>	<i>Swap</i>	-	(5.975)	(11.951)
	(Risco de valorização do EURUSD)			
Bonds	Bonds em EUR	3.475	9.450	15.426
	(Risco de desvalorização do EURUSD)			
	Efeito líquido	3.475	3.475	3.475

(ii) Sensibilidade ao risco de juros

. Sensibilidade a uma queda do CDI

A GP estima que o cenário-base a taxa acumulada (ao ano) do CDI até o vencimento do *swap* será de 10,44% (baseado nas cotações BM&FBOVESPA). O Cenário II estima que a taxa acumulada do CDI será de 7.83% (25% de queda) e o Cenário III estima que a taxa acumulada do CDI será de 5.22% (50% de queda). No cenário-base, a Companhia teria um ganho no vencimento em abril de R\$ 118 e nos outros dois cenários, a Companhia perderia R\$ 1,883 e R\$ 3,921 respectivamente.

Segue quadro demonstrativo da análise de sensibilidade:

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado		
	Risco - queda do CDI	Cenário-base	Cenário II	Cenário III
Hedge	Swap (Risco de queda do CDI)	118	(1.883)	(3.921)
Empréstimo em real	Empréstimo (Risco de alta do CDI)	(5.930)	(3.929)	(1.891)
	Efeito líquido	(5.812)	(5.812)	(5.812)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da GP ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, de cumprir os compromissos assumidos de investimentos nos fundos de *private equity*, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo financeiro.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a GP pode rever sua política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O caixa gerado pelas atividades operacionais é alterado principalmente pelas receitas-caixa - ganhos realizados, taxas de administração e *performance*, e dividendos - recebidas que afetam positivamente as disponibilidades de caixa da Companhia. O caixa gerado pelas atividades de investimento é afetado principalmente pela aquisição e venda de investimentos dos fundos de *private equity* administrados pela Companhia e pela aquisição de aplicações financeiras em títulos imobiliários.

Os recursos provenientes dos financiamentos contratados pela GP devem ser exclusivamente utilizados para investimentos em fundos de *private equity* gerenciados pela GP ou em investimentos diretos em *private equity*.

A GP monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, elaborado de acordo com os US GAAP, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (com base nas demonstrações financeiras em US GAAP) podem ser assim sumariados:

	2011	2010
Passivos de curto prazo		
Juros a pagar	18.113	16.981
Passivos de longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	336.440	336.440
Bônus perpétuos	356.425	316.927

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total dívida controladora	710.978	670.348
Capital total	1.774.816	2.055.582
	40%	33%

O índice de alavancagem financeira (dívida líquida dividida pelo capital total) variou de 33% em 31 de dezembro de 2010 para 40% em 31 de dezembro de 2011. Em maio de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as Diretrizes e Políticas Gerais da Companhia ("General Guidelines and Policies") definindo que a GP deverá sempre buscar manter seu nível máximo de alavancagem financeira em 50%. A variação entre os períodos apresentados é considerada saudável e normal pela administração dado que o índice de alavancagem financeira está em cumprimento com a política definida pelo Conselho de Administração.

O capital da GP, assim como os riscos de mercado, é gerenciado de forma independente das empresas investidas pelos fundos de *private equity* geridos pela GP. O capital não é administrado ao nível consolidado, que inclui operações de captação e empréstimos as empresas de portfólio. Além disso, a GP não é garantidora de nenhuma dívida ou empréstimo das empresas investidas pelos fundos de *private equity*.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

A GP aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011, classificados conforme os níveis de mensuração do valor justo:

	Consolidado			
	Nível I	Nível II	Nível III	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	501.927			501.927
<i>Equity portfolio</i>		1.069.793	511.862	1.581.655
Derivativos para negociação		253		253
Ativos financeiros disponíveis para venda		7.563	22.635	30.198
Total do ativo	501.927	1.077.609	534.497	2.114.033
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação		52.440		52.440
Total do passivo		52.440		52.440

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da GP mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado			
	Nível I	Nível II	Nível III	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	235.659			235.659
<i>Equity portfolio</i>		767.602	98.918	866.520
Derivativos para negociação		35.271		35.271
Ativos financeiros disponíveis para venda		12.807	20.572	33.379
Total do ativo	<u>235.659</u>	<u>815.680</u>	<u>119.490</u>	<u>1.170.829</u>
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação		9.241		9.241
Total do passivo		<u>9.241</u>		<u>9.241</u>

O negócio de *equity portfolio* consiste dos investimentos feitos por GPCP3, GPCP4 e GPCP5. Os investimentos são registrados pelos valores justos de mercado, com resultados realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de mercado, incluídos na linha de "Ganhos (perdas) realizados (não realizados) de valor justo", na demonstração do resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Esses instrumentos estão incluídos no Nível I.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível II.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível III.

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível III para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	2011	2010
Saldo inicial	119.490	262.058
Transferência entre níveis - BR Properties (do Nível III para o Nível II)		(188.119)
Mensuração a valor justo de controladas consolidadas até 31 de dezembro de 2010	469.436	
Aquisição (baixa) de investimentos	9.594	35.015
Aquisição de controle de investida e baixa do nível III	(74.833)	
Ganhos não realizados, líquido	(57.547)	7.260
Variação cambial	85.482	(3.012)

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Mudanças em fundos de investimentos, líquidas	<u>2.063</u>	<u>6.288</u>
Saldo final	<u>553.685</u>	<u>119.490</u>

A BR Properties foi transferida do Nível III para o Nível II como consequência de sua Oferta Pública Inicial ("IPO") realizado em março de 2010 (conforme descrito na Nota 7(b)(ii)).

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
			Total
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	572.104		572.104
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (circulante)		501.927	501.927
Instrumentos financeiros derivativos		253	253
Contas a receber	674.676		674.676
Ativos financeiros disponíveis para venda			30.198
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (não circulante)		1.581.655	1.581.655
	<u>1.246.780</u>	<u>2.083.835</u>	<u>3.360.813</u>

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores			333.227	333.227
Empréstimos (circulante)			1.488.836	1.488.836
Instrumentos financeiros derivativos	52.440			52.440
Outros passivos (circulante)			259.509	259.509
Empréstimos (não circulante)			1.274.271	1.274.271
Outros passivos não circulantes			352.010	352.010
		<u>52.440</u>	<u>3.707.853</u>	<u>3.760.293</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Caixa e bancos	3.395	3.277	92.492	510.569
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>18.198</u>	<u>5.276</u>	<u>479.612</u>	<u>981.282</u>
	<u>21.593</u>	<u>8.553</u>	<u>572.104</u>	<u>1.491.851</u>

O caixa está concentrado em contas bancárias e disponível para uso e depósitos de curto prazo principalmente em reais e dólares norte-americanos.

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem certificados de depósitos bancários, operações compromissadas, entre outras, denominados principalmente em reais e em dólares norte-americanos e que, em geral, apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança no seu valor.

7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(a) Abertura e composição de saldos:

	Consolidado	
	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Aplicações financeiras - títulos para negociação		
Títulos privados – circulante – denominados em US\$	303.585	129.222
Títulos privados – circulante – denominados em R\$	129	
Títulos privados – circulante – denominados em Euros	20.426	
Fundos de investimento denominados em US\$	52.716	11.055
Fundos de investimento denominados em R\$	50.243	58.022
Ações negociadas	15.245	17.288
Depósito de margem	<u>59.583</u>	<u>20.072</u>
	<u>501.927</u>	<u>235.659</u>
Não circulante		
<i>Equity portfolio</i>	<u>1.581.655</u>	<u>866.520</u>
	<u>2.083.582</u>	<u>1.102.179</u>

Os títulos privados são aplicações com alta liquidez e registrados com base no valor de mercado de suas quotas.

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Equity portfólio - abertura e composição de saldos:

	Total direta e indireta - %	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		Consolidado Variação líquida de ganho (perda) não realizada sobre os investimentos	
		Custo	Valor justo	Custo	Valor justo	2011	2010
Nível 2							
Magnesita(i)	20,30	563.956	307.948			(256.777)(0)	
Estácio (ii)	18,60	293.430	247.564	260.822	371.554	(143.553)(0)	47.489
BHG (iii)	40,10	242.085	232.081			(91.219)(0)	
BR Properties (iv)	5,10	87.435	153.998	118.797	237.572	(56.552)(0)	89.886
Tempo (v)	22,50	72.123	128.202	64.064	158.476	(42.283)(0)	50.281
BR Malls (vi)							(158.045)
Nível 3							
Lácteos Brasil (vii)	15,50	484.080	469.436			(50.470)(0)	
Fogo de Chão (viii)				51.774	66.086		13.661
Imbra (ix)			42.426	38.510	32.832		(1.886)
Outros							
		<u>1.743.109</u>	<u>1.581.655</u>	<u>533.967</u>	<u>866.520</u>	<u>(640.854)</u>	<u>41.386</u>

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em "Atividades operacionais" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa. As variações dos valores justos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Ganhos (perdas) não realizados" no resultado. O valor justo de todas as ações é baseado nos seus preços atuais de compra, considerando um mercado ativo.

- (i) Magnesita é produtora de material refratário na América Latina, e fornece seus produtos e serviços a indústrias siderúrgicas, de cimento e de vidros a partir de sete fábricas que mantém no Brasil e uma na Argentina. A empresa extrai magnesita das reservas que possui na Bahia, Ceará e Minas Gerais. Em 12 de agosto de 2007, os fundos GPCP3 e GPCP4 adquiriram participação na Magnesita, uma empresa brasileira de produção de refratários, por US\$ 257.100. Em 14 de setembro de 2009, os fundos GPCP3 e GPCP4 fizeram um aporte adicional de capital na Magnesita no montante de US\$ 43.548. Em 22 de fevereiro de 2011, por meio de emissão pública de ações, a Magnesita emitiu 33.770 novas ações no mercado acionário brasileiro, avaliadas em R\$ 8,25 (oito reais e vinte e cinco centavos), resultando em aumento de capital de aproximadamente R\$ 278 milhões. O valor recebido foi utilizado para financiar o pagamento antecipado de Títulos de Exportação aos bancos. A participação da GP na Magnesita, por meio da *Limited Partnership*, foi diluído de 23,0% para 20,31%. Conforme descrito na Nota 2, a partir desta data, a GP e suas subsidiárias deixaram de ter controle da Magnesita e passou a apresentar o investimento a valor justo.
- (ii) Em 11 de maio de 2008, o Fundo GPCP4 adquiriu participação na Estácio Participações S.A. ("Estácio"), uma instituição privada de ensino superior, por US\$ 156.437 mil. A Estácio é uma instituição privada de ensino superior que oferece aproximadamente 70 programas de graduação nas áreas de engenharia e tecnologia, saúde, biologia e ciências sociais. Em outubro de 2010, a Estácio vendeu 41,7% de suas ações por meio de uma operação de *follow-on* e efetuou a emissão de novas ações primárias. A GP Investments não vendeu nenhuma ação de suas ações nesse processo.
- (iii) Em 19 de dezembro de 2007, o fundo GPCP4 foi parte em um acordo com a LA Hotels S.A. ("LA Hotels"), uma companhia brasileira formada com o objetivo de adquirir e administrar hotéis no Brasil e em outros países da América Latina. A transação foi concluída em 2008, por US\$ 36.715. Em junho e agosto de 2008, o fundo GPCP4 aumentou seu investimento em LA Hotels em US\$ 30.684 e US\$ 14.944, respectivamente. Em 22 de outubro de 2008, o fundo GPCP4 subscreveu US\$ 10.821 na Invest Tur Brasil - Desenvolvimento Imobiliário Turístico S.A. ("Invest Tur"), uma companhia brasileira de desenvolvimento imobiliário que opera no segmento de turismo. Esta aquisição foi o primeiro passo da incorporação da LA Hotels na Invest Tur. Em fevereiro de 2009, os acionistas aprovaram a incorporação da LA Hotels pela Invest Tur. Em 23 de janeiro de 2009, o fundo GPCP4 fez um aporte adicional de capital na Invest Tur, no montante de US\$ 34.425. Em 12 de janeiro de 2010, a Invest Tur anunciou um desdobramento das suas ações e a mudança da razão social para BHG S.A. - Brazil Hospitality Group ("BHG"). A BHG foi criada com o objetivo de adquirir e administrar hotéis e empresas cujos ativos incluem hotéis no Brasil e em outros países da América Latina. Em 4 de fevereiro de 2011, a Diretoria da BHG aprovou aumento de capital em R\$ 85 milhões, por meio da emissão de 4.594.594 novas ações ordinárias ao preço de R\$ 18,50 por ação, o qual foi baseado no preço médio de fechamento das ações da BHG nos últimos dez anos em pregões da BM&FBOVESPA. Por conta do aumento de capital, a participação da GP na BHG, por meio da *Limited Partnership*, foi diluída de 45,52 % para 40,1% . Conforme descrito na Nota 2, a partir desta data, a GP e suas subsidiárias deixaram de ter controle da BHG e passou a apresentar o investimento a valor justo.
- (iv) Em 2 de janeiro de 2007, o Fundo GPCP3 firmou acordos com coinvestidores para constituição da BR Properties S.A. ("BR Properties"), com o propósito de investir no mercado imobiliário comercial do Brasil focando principalmente em edifícios comerciais, galpões e lojas de varejo existentes, excluindo *shopping centers*. Em dezembro de 2007, um investimento adicional de US\$ 8.500 mil foi feito por meio de subscrição privada. Em 6 de outubro de 2009, os acionistas da BR Properties aprovaram um aumento de capital no montante de US\$ 125.500 mil para novos investimentos em propriedades comerciais. Nesse contexto, o fundo GPCP3 efetuou um aporte adicional de US\$ 11.365 mil na BR Properties. Em 4 de março de 2010, a BR Properties concluiu sua Oferta Pública Inicial de Ações ("IPO") de 57.500.000 novas ações e, consequentemente, o GPCP3 foi diluído de 21,4% para 12,4%. Em 3 de dezembro de 2010, o GPCP3 vendeu 28% de sua participação na BR Properties, representada por 3.162.687 ações, pelo valor total de US\$ 34.123 mil. Durante o ano de 2011, o GPCP3 vendeu uma participação adicional de 56,7% na BR Properties representada por 4.600.313 ações pelo valor total de US\$ 50.271 mil. Subsequente ao final do ano, durante o mês de Janeiro de 2012, o Fundo GPCP3 vendeu uma participação adicional de 8,6% da sua participação, representada por 302.247 ações pelo valor total de US\$ 3.248.
- (v) Em dezembro de 2006, o Fundo GPCP3 adquiriu por US\$ 28.052 mil participação na Tempo Participações S.A. ("Tempo"), uma empresa brasileira que presta serviços para o setor de seguros e planos de saúde e dentário. A Tempo oferece uma vasta gama de serviços de seguros e planos de saúde, atendendo às necessidades de companhias seguradoras, operadoras de cartões de crédito e de afinidade, montadoras, agências de aluguel de carros, etc. Em 2007, a Tempo completou o seu "IPO".
- (vi) Em 20 de dezembro de 2006, o Fundo GPCP3 adquiriu participação na BR Malls Participações S.A. ("BR Malls"), uma empresa brasileira que possui e administra shopping centers, por US\$ 62.500 mil. Em 2007, a BR Malls completou a sua Oferta Pública Inicial de Ações ("IPO"). Em abril de 2009, o fundo GPCP3 e fundos coinvestidores, venderam 10% de suas participações na BR Malls por meio de uma negociação em bloco na BM&FBOVESPA. Em julho de 2009, o fundo GPCP3 vendeu 44,56% de sua participação na BR Malls e

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- recebeu US\$ 69.078 mil. A GP Investments recebeu, por meio do Fundo GPCP3, US\$ 33.000 mil neste desinvestimento parcial, como *limited partner*. Em 20 de janeiro de 2010, o Fundo GPCP3 e fundos coinvestidores venderam o restante da sua participação na BR Malls, correspondente a 11.434.644 ações. Como resultado, o Fundo GPCP3 recebeu o montante total de US\$ 130.380 mil, líquidos dos custos incorridos para essa transação. O desinvestimento gerou um ganho de US\$ 93.141 mil.
- (vii) Em 14 de abril de 2008, o fundo GPCP4 adquiriu a Laticínios Morrinhos Ind Com Ltda. ("Leitbom"), uma companhia brasileira de laticínios, pelo preço base equivalente a US\$ 188.000. Em agosto de 2008, o fundo GPCP4 aumentou seu investimento na Leitbom em US\$ 27.138 e em 11 de dezembro de 2008 efetuou um investimento adicional na Leitbom de US\$ 37.973 por meio do veículo de investimento GP Dairy I. Em 8 de julho de 2010, Monticiano, um veículo de investimento detido por GP Dairy I, anunciou um aumento de capital por meio de um consórcio formado pelas plantas de Leitbom, Gloria e Ibituruna, as duas últimas subsidiárias da Laep Investments Ltd. Estas três produtoras de laticínios dividirão as mesmas instalações industriais, trabalhando juntas para maximizar o potencial de todas as suas marcas. Como resultado dessa transação, a participação indireta do fundo GPCP4 na Leitbom foi diluída de 95,8% para 38,3%. GP Dairy I é um veículo de investimento detido pelo fundo GPCP4. Em dezembro de 2010, a Monticiano Participações S.A. ("Monticiano"), *holding* da Leitbom, anunciou a fusão de sua subsidiária com a Laticínios Bom Gosto Ltda. criando a Lácteos Brasil S.A. ("LBR"), para atuar no segmento de laticínios no Brasil. A transação resultou na participação da GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV") na LBR em US\$ 281,7 milhões, implicando um múltiplo não realizado de 1.1x (não auditado) do custo original pago pelo GPCPIV pela Leitbom em 2008. Isso representa um aumento de US\$ 33,7 milhões, ou 61% no investimento no valor patrimonial líquido ("NAV") da GP Investments comparado com o valor no final do terceiro trimestre de 2010. Os documentos correspondentes foram assinados em 22 de dezembro de 2010, e a transação encerrada em 4 de janeiro de 2011. Esse investimento foi classificado como Nível III e seu valor justo de mercado foi baseado no preço pelo qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") realizou um aumento de capital na LBR.
- (viii) A Fogo de Chão é uma tradicional churrascaria brasileira de alto nível, que atua nos mercados brasileiro e norte-americano. Fundada em 1979, a Fogo de Chão tem uma rede composta de 23 restaurantes, sendo sete no Brasil e dezesseis nos Estados Unidos. Em 23 de agosto de 2006, o Fundo GPCP3 adquiriu participação na Fogo de Chão Churrascarias (*Holding*), LLC ("Fogo de Chão"), uma empresa americana que possui restaurantes em diversos países, por US\$ 32.021 mil. Esse investimento era classificado como Nível III e avaliado em múltiplos de EBITDA. Em 7 de agosto de 2011, a GP Investments, Ltd., por meio do fundo de private equity GPCP3 anunciou a aquisição de uma participação adicional de 65% na Fogo de Chão Churrascarias (Holdings), LLC ("Fogo de Chão"). Após esta operação, GPCP3 obteve uma participação de 50% na empresa, enquanto co-investidores vão manter os 50% restantes por meio dos fundos geridos pela GP, passando a deter o controle na empresa. Este investimento passou a ser consolidado em 30 de setembro de 2011.
- (ix) Em 29 de outubro de 2008, o fundo GPCP5, subscreveu US\$ 82.981 mil em debêntures conversíveis emitidos por Baladare Participações S.A. ("Baladare"), controlador da Almeria Participações S.A. ("Almeria"). A Almeria, por sua vez, adquiriu 51% de ações com direito a voto da Imbra S.A., uma companhia brasileira que opera uma rede de clínicas odontológicas. Uma subscrição posterior de US\$ 1.252 mil em debêntures conversíveis foi feita pelo fundo GPCP5 em 23 de dezembro de 2008 para aumentar o seu investimento em Baladare. Em setembro de 2009, o fundo GPCP5 efetuou aportes adicionais de capital na Baladare no montante de US\$ 27.616 mil, aumentando sua participação de 46,4% para 76,4% na empresa Imbra. Em 20 de junho de 2010, GPCP V, fundo administrado pela GP Investments V, Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, por meio do seu veículo de investimento, vendeu sua participação integral em Baladare Participações S.A. ("Baladare"), que detém 78,9% (excluindo ações em tesouraria) do capital total de Imbra S.A. ("Imbra") por US\$ 1, reconhecendo uma perda realizada de US\$ 165.769 mil. Em 17 de junho de 2010, a Companhia integralizou capital em Baladare no montante de US\$ 17.057 mil. Além disso, a Companhia concordou em prover para Baladare, por meio de um de seus veículos, um financiamento de longo prazo no montante de US\$ 23.169 mil, desde que atendidas determinadas condições estabelecidas no contrato de compra e venda. Baladare efetuou o saque de US\$ 15.931 mil dessa linha de crédito. O valor restante foi bloqueado para nova utilização porque a Baladare não atendeu às condições estabelecidas no contrato de compra e venda.

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Controladora não possuía instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos derivativos nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Opções				
Compra de moeda estrangeira	253		495	
Compra de taxa de juros				
Contratos de <i>swaps</i>				
Taxa de juros (CDI x LIBOR) (a)		(51.994)	34.587	
Moeda (USD vs. EUR) (b)		(446)		(3.589)
Moeda (Pesos Colombianos x US\$)				(5.652)
Outros x taxa pós				
Contratos a termo - NDF (c)			189	
	253	(52.440)	35.271	(9.241)

Os derivativos para negociação são apresentados líquidos no balanço, classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(a) Swap de taxas de juros

A GP Cash fechou contrato de derivativo de *swap* com o objetivo de proteção da dívida de longo prazo em reais, como resultado deste contrato reconheceu uma perda de R\$ 51.994 (2010 - ganho de R\$ 34.587) no final do exercício de 2011 classificado na linha de "Receita financeira". O *notional* do contrato de *cross currency interest rate - swap* é de R\$ 336.440. A Companhia depositou margens no montante de R\$ 54.214 (2010 - R\$ 20.073) como garantia dos instrumentos financeiros derivativos.

(b) Swap de moeda

Em 31 de dezembro de 2011, a GP possuía um passivo de R\$ 446, referente a um derivativo de *swap* com objetivo de proteção da exposição em moeda no seu balanço relacionado a investimento realizado em Bonds atrelados ao Euro (2010 - a empresa possuía um passivo no montante de R\$ 3.589, relacionada a controlada indireta da Magnesita, Rearden G Holdings Eins GmbH, que contratou em 2010, uma operação de *swap* com o objetivo de proteção da exposição em moeda no seu balanço).

(c) Contratos a termo - NDF

Em 31 de dezembro de 2010, a Magnesita possui contratos de "NDF" de taxa cambial para proteger o risco cambial de aquisições de matérias-primas apresentando um ganho líquido de R\$ 189.

As perdas e os ganhos com operações de derivativos foram reconhecidos mensalmente no resultado.

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem:

	Moeda	País	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fundos de investimento				
Nível II				
BRZ ALL FIP (i)	R\$	Brasil	5.732	9.327
MAG FIP (ii)	R\$	Brasil	1.831	3.480
			7.563	12.807
Nível III				
Logística Brasil (iii)	R\$	Brasil	11.249	11.378
Empreendedor Brasil (iv)	R\$	Brasil	3.632	2.656
Petróleo e Gás (v)	R\$	Brasil	1.831	2.091
GP Aetatis II (vi)	R\$	Brasil	1.866	2.084
Fundo Monte Verde (vii)	R\$	Brasil	1.684	1.794
Brasil Agronegócio FIP (viii)	R\$	Brasil	1.523	492
Brasil Sustentabilidade FIP (ix)	R\$	Brasil	850	77
			22.635	20.572
			30.198	33.379

- (i) BRZ ALL FIP - constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de cinco anos, contado a partir da data da primeira subscrição e integralização das quotas, sendo que o primeiro ano corresponderá ao período de investimento, e os quatro anos seguintes ao período de desinvestimento, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações e/ou *units* de emissão da ALL - América Latina Logística. O investimento inicial foi feito em 29 de outubro de 2009. O fundo é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.
- (ii) MAG FIP - constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de dez anos, sendo um ano para investimento e nove anos para desinvestimento. O fundo é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.
- (iii) Logística Brasil - constituído sob a forma de condomínio fechado e destinado somente a investidores qualificados como definido pela legislação vigente. O prazo de duração é de dez anos contados a partir do encerramento do prazo de captação, prorrogável por até três anos. O objetivo é obter retornos superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 9,5% ao ano. Investimento adquirido pela Companhia em 16 de agosto de 2006. O fundo é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.
- (iv) Empreendedor Brasil - constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de sete anos, sendo os três primeiros anos correspondentes ao período de investimento e os quatros anos seguintes ao período de desinvestimento, com foco exclusivo de investimento em companhias emergentes de pequeno porte cujo patrimônio líquido seja menor do que R\$ 300.000 e cujo faturamento líquido anual seja menor do que R\$ 150.000 e que apresentem significativo potencial de crescimento. Fundo administrado é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.
- (v) Petróleo e Gás - constituído sob a forma de condomínio fechado. Investe em companhias brasileiras, cujo objetivo seja o de investimento em projetos ou empresas que atuem na área de petróleo e gás e energia. O fundo é administrado e gerido pelo Banco Brascan S.A. com prazo de duração até 2012.
- (vi) GP Aetatis II - constituído sob a forma de condomínio fechado. O prazo de duração é de cinco anos com início a partir da data da primeira subscrição que ocorreu em dezembro de 2003. O prazo foi estendido por mais um ano e o objetivo é direcionar seus investimentos para aquisição de direitos creditórios originários de operações realizadas preferencialmente no segmento imobiliário. Fundo administrado pela Oliveira Trust DTVM S.A.
- (vii) Fundo Monte Verde - constituído sob a forma de condomínio fechado e destinado a proporcionar ganhos com investimento no segmento imobiliário. O fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust.
- (viii) Brasil Agronegócio FIP - NP constituído sob a forma de condomínio fechado. Investe em companhias que atuem na área de agronegócio. Fundo administrado é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.
- (ix) Brasil Sustentabilidade FIP - constituído sob a forma de condomínio fechado. Investe em títulos de companhias brasileiras cujas atividades estejam associadas com projetos ambientais para redução de emissão de carbono com objetivo de combater o aquecimento global. Fundo administrado é gerido pela BRZ Investimentos Ltda.

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Contas a receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cientes no Brasil	198.357	370.699
Cientes em outros países	577.023	636.384
Menos: provisão para devedores duvidosos	(20.892)	(10.564)
(-) Receitas diferidas	(79.812)	
	674.676	996.519

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valores vencidos		
Até 30 dias	6.851	15.472
De 31 a 60 dias	51.826	35.777
Acima de 60 dias	80.066	78.299
A vencer	636.637	877.535
(-) Provisão para devedores duvidosos	(20.892)	(10.564)
(-) Receitas diferidas	(79.812)	
	674.676	996.519

A análise de vencimentos em 31 de dezembro de 2011, por controlada, está apresentado na tabela abaixo:

	Consolidado				
	San Antonio	Sascar	Allis	Fogo de Chão	Total
Valores vencidos					
Até 30 dias		4.569	2.021	261	6.851
De 31 a 60 dias	47.977	3.504	318	27	51.826
Acima de 60 dias	53.094	23.385	3.340	247	80.066
	101.071	31.458	5.679	535	138.743
A vencer	509.013	90.847	19.985	16.792	636.637
(-) Provisão para devedores duvidosos		(19.290)	(1.602)		(20.892)
(-) Receitas diferidas		(79.812)			(79.812)
	610.084	23.203	24.062	17.327	674.676

A San Antonio estabelece provisões para *impairment* de contas a receber de cliente com base no histórico de recebimento de cada um dos seus clientes. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia julgava não necessária provisão para *impairment* de recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2011 a Fogo de Chão julgou não necessária provisão para *impairment* de recebíveis com base na análise individual dos seus clientes em atraso.

A Allis efetuou uma análise individual dos títulos a receber e constituiu uma provisão para créditos de

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidação duvidosa, com base em valores que possam resultar em possíveis perdas ou que requeiram ação judicial de recuperação.

A Sascar constitui sua provisão para devedores duvidosos considerando o saldo de clientes a receber deduzido dos valores registrados em receita diferida. Os percentuais de constituição da referida provisão estão demonstrados abaixo:

Títulos vencidos	% de provisão
De 61 a 80 dias	20%
De 91 a 120 dias	40%
De 121 a 150 dias	60%
De 151 a 180 dias	80%
Acima de 181 dias	100%

A análise de vencimentos em 31 de dezembro de 2010, por controlada, está apresentado na tabela abaixo:

	Consolidado				
	Magnesita (*)	San Antonio	BHG(*)	Allis	Total
Valores vencidos					
Até 30 dias	6.574		1.339	7.559	15.472
De 31 a 60 dias		32.927	1.588	1.262	35.777
Acima de 60 dias	28.346	42.523	2.241	5.189	78.299
	34.920	75.450	5.168	14.010	129.548
A vencer	472.548	352.480	19.962	32.545	877.535
(-) Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(9.677)		(149)	(738)	(10.564)
	497.791	427.930	24.981	45.817	996.519

(*) Empresas não consolidadas em 2011.

A Magnesita estabelece uma provisão para *impairment* quando existe uma evidência objetiva de que a Magnesita não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas, consistente com a política de *impairment* de ativos financeiros ao custo amortizado.

A BHG constitui sua provisão para *impairment* com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

11 Estoques

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados	11.343	270.431
Produtos em elaboração		48.165
Matérias-primas	887	173.648
Almoxarifado (material de reposição e outros)	142.999	226.811
Provisão para redução ao valor recuperável		(43.284)
	155.229	675.771

Na tabela abaixo demonstramos a composição dos estoques por empresas do grupo:

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Magnesita		530.856
SAI	140.672	143.042
BHG		1.873
Fogo de Chão	11.204	
Sascar	3.353	
	155.229	675.771

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

(a) LBR – Lácteos Brasil S.A.

Em 14 de abril de 2008, o fundo GPCP4 adquiriu a Laticínios Morrinhos Ind. Com. Ltda. ("Leitbom"), uma empresa brasileira de laticínios, pelo preço base equivalente a US\$ 188.000 mil. Em agosto de 2008, o fundo GPCP4 aumentou seu investimento na Leitbom em US\$ 27.138 mil e em 11 de dezembro de 2008 efetuou um investimento adicional na Leitbom de US\$ 37.973 mil por meio do veículo de investimento GP Dairy I.

Em 8 de julho de 2010, Monticiano Participações S.A. ("Monticiano"), anunciou um aumento de capital por meio de um consórcio formado pelas plantas de Leitbom, Gloria e Ibituruna, as duas últimas subsidiárias da Laep Investments Ltd. Estas três produtoras de laticínios dividirão as mesmas instalações industriais, trabalhando juntas para maximizar o potencial de todas as suas marcas.

Em dezembro de 2010, a Monticiano, holding da Leitbom, anunciou a fusão de sua subsidiária com a Laticínios Bom Gosto Ltda. criando a Lácteos Brasil S.A. ("LBR"), para atuar no segmento de laticínios no Brasil. Os documentos correspondentes foram assinados em 22 de dezembro de 2010, e a transação encerrada em 4 de janeiro de 2011.

Com a transação, a GP perdeu o controle indireto sobre as subsidiária LBR, desta forma não foi mais requerida à consolidação do balanço deste investimento na data-base de 31 de dezembro de 2011.

(i) Itens do grupo de ativos mantidos para venda:

	2010
Caixa e equivalentes de caixa	20.522
Ativos financeiros a valor justo	42.342
Contas a receber de clientes	98.762
Estoques	59.996
Tributos a recuperar	72.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.115
Imobilizado	100.617
Intangível	451.604
Outros ativos	7.813
Total ativos	890.654

(ii) Passivos do grupo de passivos classificado como mantidos para venda:

	2010
Fornecedores	102.669
Empréstimos e financiamentos	253.961
Valores caucionados e a pagar	58.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos	120.383
Obrigações contratuais	47.387
Outros passivos	33.932
Total passivos	616.355

(b) Resultado de investimentos mantidos para venda e alienados

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise do resultado de operações descontinuadas e o resultado reconhecido na remensuração de grupo de ativos mantidos para venda estão apresentados a seguir:

(i) Leitbom

	2010
Receitas	693.132
Despesas	(828.460)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(135.328)
Imposto	38.354
Prejuízo do exercício	(96.974)

(ii) Imbra

Durante o trimestre findo 30 de junho de 2010, a Companhia, por meio de seus veículos de investimento, alienou por US\$ 1 a totalidade de sua participação na Baladare Participações S.A. ("Baladare"), companhia que detém 78,9% do capital da Imbra S.A. ("Imbra").

Ajustes/Reclassificação de saldos do exercício de 2010

Conforme demonstrado na tabela abaixo, a GP realizou os seguintes ajustes/reclassificações nos saldos de 2010, referentes a esta operação.

- (I)

O resultado gerado por investidas alienadas, que foi originalmente classificado como “Prejuízo do exercício de operações descontinuadas”, está sendo reclassificado para as respectivas linhas de resultado (receita, custo e importo de renda e contribuição social) por se tratarem de resultados da atividade principal da investida e pelo fato de que a alienação individual de investimentos de *private equity* não se configurar em operações descontinuadas em relação a atividade principal da Companhia (compra e venda de investimentos *private equity*).
- (II)

O montante de R\$ 162.098 refere-se ao ajuste no montante de ganho (perda) realizada na venda da Imbra devido a alienação desse investimento pela GP e o montante de R\$102.075 refere-se a reversão da baixa da perda não realizada na venda de Imbra, resultando em um ajuste (ganho) de R\$ 60.023. Cabe ressaltar que tal ajuste não afetou os saldos de balanço de 31 de dezembro de 2010 ou os saldos de abertura daquele ano (31 de dezembro de 2009) em função da contrapartida(ganho) da venda da Imbra ter sido feita contra a conta de “Ajuste de avaliação patrimonial reflexa das controladas”.

	Ajustes/Reclassificações			Consolidado
	2010	(I)	(II)	2010 (Reapresentado)
Operações continuadas				
Receita	4.839.341	693.132		5.532.473
Custo das vendas	(3.614.647)	(828.460)		(4.443.107)
Taxa de administração	32.343			32.343
Resultado de equivalência patrimonial	2.261			2.261
Taxa de performance	11.681			11.681
Ganhos (perdas) realizados	161.955		162.098	324.053
Ganhos (perdas) não realizados	143.461		(102.075)	41.386
Lucro bruto	1.576.395	(135.328)	60.023	1.501.090
Despesas administrativas	(1.035.370)			(1.035.370)
Outras receitas	56.491			56.491
Outros ganhos (perdas). líquidos	(65.393)			(65.393)

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro operacional	532.123	(135.328)	60.023	456.818
Receitas financeiras	203.900			203.900
Despesas financeiras	(601.502)			(601.502)
Despesas financeiras líquidas	(397.602)			(397.602)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	134.521	(135.328)	60.023	59.216
Imposto de renda e contribuição social	(66.225)	38.354		(27.871)
Lucro do exercício das operações continuadas	68.296	(96.974)	60.023	31.345
Operações descontinuadas				
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	(96.974)	96.974		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(28.678)		60.023	31.345
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	53.056		25.163	78.219
Participação dos não controladores	(81.734)		34.860	(46.874)
	(28.678)		60.023	31.345

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Outros ativos não circulantes

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Impostos a recuperar	4.005	16.770
Empréstimos a funcionários (i)	57.779	47.957
Crédito por venda de imóvel (ii)		69.007
Imóveis a comercializar (iii)		157.679
Depósitos judiciais	49.904	62.657
Outros	26.393	27.804
	138.081	381.874

(i) Empréstimos a funcionários

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía valores a receber dos empregados e acionistas no valor de R\$ 57.779 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 47.957). O vencimento é de dez anos e remunerado pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) + 9% ao ano. Os empregados e acionistas terão o direito de investir os valores a eles antecipados pela Companhia, em conjunto com esta.

(ii) Créditos por venda de imóvel

Em 2008, a controlada Magnesita, através da sua então subsidiária integral Risa Refratários e Isolantes Ltda. (incorporada em abril de 2008), firmou contratos de venda com "players" relevantes do mercado imobiliário, que adquiriram partes distintas do empreendimento imobiliário localizado na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, denominado "Espaço Cerâmica", com área total de 195.938,06 m². Estes "players" estão desenvolvendo projetos imobiliários, como exploração residencial, comercial e implementação de "shopping center". No ano de 2000, havia sido firmada uma parceria com a Sobloco Construtora S.A., empresa de reconhecida atuação no mercado imobiliário, pela qual pactuou-se a realização conjunta de empreendimento imobiliário neste imóvel, cabendo à Sobloco sua viabilização e desenvolvimento e à Risa a disponibilização do imóvel, sendo os resultados do empreendimento divididos à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada parte.

Além do "Espaço Cerâmica", a Magnesita também alienou áreas rurais localizadas na região de Uberaba, Estado de Minas Gerais, composta de um total aproximado de 2.266 hectares.

(iii) Imóveis a comercializar

Referem-se a gastos com aquisição de áreas, em sua maioria ao longo da costa brasileira, realizados pela BHG, para os quais a companhia estuda o desenvolvimento de projetos imobiliários no segmento hoteleiro e de condomínios residenciais, preponderantemente de cunho turísticos e de lazer.

A materialização dos projetos e lançamentos imobiliários está sujeita a aprovações junto a determinados órgãos de administração pública, tais como Prefeituras, Estados, IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos NaturaisRenováveis) e outros. A BHG vem atuando no curso normal da viabilização dos projetos não existindo até então nenhuma restrição conhecida para o desenvolvimento dos mesmos. Uma vez obtido o licenciamento, as liberações que possibilitem o lançamento e aprovado a viabilidade econômica, inicia-se a fase de construção dos projetos.

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Investimentos em controladas

Investimentos em controladas

		Controladora	
		2011	2010
Saldo inicial		2.038.660	1.992.805
Aporte de capital		272.199	422.432
Retorno de capital		(383.297)	(479.427)
Equivalência patrimonial		(304.890)	2.877
Adicional pago em capital		872	(8.463)
Ganhos/perdas		(3.906)	(6.177)
Ajuste de avaliação patrimonial		(49.613)	
Variação cambial		175.705	114.613
Em 31 de dezembro		1.745.730	2.038.660
		Percentual	
		2011	2010
Nome	Negócio	Participação direta nas ações ordinárias	Participação direta nas ações ordinárias
GP3	General partner GPCP3	100	100
GP4	General partner GPCP4	100	100
GP5	General partner GPCP5	100	100
GP Holding	Empresa <i>holding</i> dos investimentos diretos da GP no Brasil	100	100
GP Cash	Empresa responsável pela concentração e gerenciamento de caixa da GP	100	100
GPPE	Empresa concentra os investimentos diretos feitos pela GP nos seus fundos de <i>private equity</i>	100	100

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	678.459	(147.584)	530.875	637.563	(67.768)	569.795
Marcas e patentes	234.094	(14.128)	219.967			
Ágio de aquisições da GP e das controladas	821.132		821.132	3.273.835	(297.117)	2.976.718
Impairment	(297.598)		(297.598)		(5.118)	(5.118)
Total do intangível	1.463.087	(161.712)	1.274.376	3.911.398	(370.003)	3.541.395

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo do intangível por empresa está composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
GP	376.631	665.888
Magnesita		2.112.749
Fogo de Chão	367.435	
SAI	330.905	643.485
BHG		53.124
Allis	66.780	66.149
Sascar	132.624	
Total do intangível	<u>1.274.376</u>	<u>3.541.395</u>

Os intangíveis da GP incluem principalmente saldos de ágios nas compras de controladas adquiridas pela GP conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Monticiano		319.886
Magnesita		121.960
Sascar	108.078	
SAI	60.600	53.829
BHG		115.057
Fogo de Chão	146.686	
Allis	58.715	52.154
Outros intangíveis (principalmente software)	<u>2.552</u>	<u>3.002</u>
Total do intangível da GP	<u>376.631</u>	<u>665.888</u>

Os saldos de ágio gerados pela GP na aquisição das empresas investidas (diretas e indiretas), os quais foram determinados na data de transição, estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dos negócios, baseados em estudos de viabilidade e laudos de avaliação. Em cada data do balanço foi realizada análise de recuperabilidade (teste de *impairment*) dos ágios sem identificar necessidade de reconhecer perdas por *impairment*.

Para fins do teste de *impairment*, os ágios foram alocados as suas correspondentes Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), as quais correspondem a cada empresa investida. O valor recuperável das UGCs é determinado com base em metodologias de múltiplos de EBITDA e fluxos de caixa descontados que são estimativas do valor em uso destas UGCs, assumindo que este é maior que o valor justo menos os custos para venda. Além disso, a GP monitora a recuperabilidade de seus investimentos com base no preço de mercado de suas ações.

Os intangíveis da San Antonio incluem principalmente:

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ágio aquisição <i>Prest/Sotep/Pride</i>	141.510	131.653
Marcas e patentes	48.807	52.471
Relacionamento com clientes	436.407	458.229
(-) Impairment	(297.598)	
Outros	1.779	1.132
Total do intangível da San Antonio	<u>330.905</u>	<u>643.485</u>

Os intangíveis da Allis incluem principalmente:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ágio aquisição <i>Gauguin/ Portinari</i>	59.987	58.583
Outros (principalmente <i>software</i>)	6.793	7.566
Total do intangível da Allis	<u>66.780</u>	<u>66.149</u>

As movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	3.541.395
Consolidação inicial da Sascar	133.491
Ágio inicial na aquisição da Sascar	108.078
Investimentos alienados e desconsolidados em 2011	(2.696.750)
Ágio inicial na aquisição da Fogo de Chão	372.957
Adições	159.175
Baixas	(30.034)
Variação cambial	45.250
Alocação do preço de aquisição pela combinação de negócios (Nota 32)	(410)
(-) Impairment	(297.598)
Amortização	(61.178)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.274.376</u>

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	8.056		8.056	72.131		72.131
Jazidas				35.738	(3.664)	32.074
Edifícios e benfeitorias	168.092	(19.665)	148.427	765.123	(200.323)	564.800
Máquinas, instalações e equipamentos, inclusive de informática	1.734.004	(436.365)	1.297.639	2.604.109	(866.421)	1.737.688
Equipamentos de transporte	255.823	(158.611)	97.212	103.666	(78.800)	24.866
Móveis, utensílios e outros	29.841	(12.982)	16.859	71.484	(33.631)	37.853
Alocação do preço de aquisição pela combinação de negócios (Nota 32)	(8.880)		(8.880)			
Construções em andamento	83.581		83.581	141.478	(2.777)	138.701
(-) Impairment	(231.865)		(231.865)			
	<u>2.038.652</u>	<u>(627.623)</u>	<u>1.411.029</u>	<u>3.793.729</u>	<u>(1.185.616)</u>	<u>2.608.113</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do saldo do imobilizado por empresa foi a seguinte:

	Consolidado	
	2011	2010
GP (controladora)	1.629	594
Magnesita		783.135
SAI	1.202.423	1.453.158
Fogo de Chão	127.760	
Sascar	72.017	
BHG		359.553
Allis	6.038	8.939
Outras	1.162	2.734
Total do imobilizado	<u>1.411.029</u>	<u>2.608.113</u>

As movimentações registradas nas contas de imobilizado foram as seguintes:

	Consolidado
	2011
Em 31 de dezembro de 2010	2.608.113
Adições	167.299
Baixas	(19.723)
Depreciação	(219.855)
Variação cambial (ativos no exterior)	71.262
Perda de controle na BHG	(359.553)
Perda de controle na Magnesita	(783.135)
(-) Impairment	(231.865)
Alocação do preço de aquisição pela combinação de negócios	(8.880)
Consolidação Fogo de Chão	113.595
Consolidação Sascar	73.771
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.411.029</u>

17 Fornecedores

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecedores do Brasil	55.472	104.079
Fornecedores de outros países	277.755	313.833
	<u>333.227</u>	<u>417.912</u>

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos

			Controladora	
Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	31 de dezembro 2011	31 de dezembro de 2010
Capital para compra de investimentos (a)	Real	CDI	347.920	347.528
Bônus perpétuos (b)	Dólar	10	363.058	322.819
			<u>710.978</u>	<u>670.347</u>
Circulante			18.113	16.981
Não circulante			<u>692.865</u>	<u>653.366</u>
			<u>710.978</u>	<u>670.347</u>
			Consolidado	
Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual Média de juros - %	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Notas de crédito de exportação (c)	Real	CDI + 2,16		1.056.597
Financiamento para compra de investimentos (d)	Dólar	9,81	1.248.251	976.167
Títulos de dívida de longo prazo (e)	Real	7,875 prefixados		661.017
Arrendamento mercantil	Real	18	24.352	
Capital para compra de investimentos (a)	Real	de 4,8 a 22		393.942
Bônus perpétuos (b)	Dólar	10	363.058	322.819
Adiantamentos sobre faturas de exportação (f)	Dólar	4,58		131.693
Capital para compra de investimentos	Real	CDI + 2,735	347.920	121.620
Emissão de títulos de dívida de longo prazo	Real	2,60	179.634	
Financiamento para compra de investimentos	Real	CDI + 2,00		104.180
Capital para compra de investimentos BNDES Exim	Outras moedas	de 8 a 11		89.907
Financiamento para compra de investimentos	Real	7,0	919	74.754
Financiamento de importação	Outras moedas	12,32	195.361	54.752
Financiamento de imobilizado	Dólar	3,9		10.642
Investimento Capital Giro	Real	4,31	30.389	0
Outros	Real	CDI + 4,53	46.339	
	Diversas	Diversas	<u>326.884</u>	<u>182.970</u>
			<u>2.763.107</u>	<u>4.181.060</u>
Circulante			1.488.836	356.995
Não circulante			<u>1.274.271</u>	<u>3.824.065</u>
			<u>2.763.107</u>	<u>4.181.060</u>

(a) Capital para compra de investimentos

Em 14 de abril de 2008, a Companhia assinou um acordo com o Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch, para um empréstimo de R\$ 336 milhões, com prazo de dez anos. Os recursos provenientes do empréstimo serão exclusivamente aplicados em novos fundos de *private equity* gerenciados pela Companhia ou em investimentos diretos da Companhia em *private equity*. A Companhia fechou um

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrato de *swap* com a finalidade de proteger sua exposição do empréstimo em reais atualizado pela taxa de juros interbancária (CDI), substituindo a variação do Real e indexação CDI, pela flutuação do dólar note-americano e LIBOR mais juros de 1.36% ao ano (Nota 8).

A GP assinou um aditivo ao acordo assinado com o Banco Itaú BBA, que entra em vigor a partir de novembro de 2010, e que contempla a redução da taxa de juros para CDI + 2.735% ao ano e postergação do vencimento da parcela principal para 2020. Esta dívida não tem garantias específicas.

Nos saldos consolidados adicionalmente estão incluídos valores contratados, por algumas controladas, para compra de investimentos.

(b) Bônus perpétuos

Em 23 de janeiro de 2007, a Companhia emitiu bônus perpétuos no montante de US\$ 150.000 sem data de vencimento determinada, não resgatáveis antes de cinco anos e com taxa de juros de 10% ao ano, incidentes a partir de 23 de abril de 2007 e pagáveis trimestralmente. Em 5 de outubro de 2007, a Companhia emitiu um montante adicional de US\$ 40.000 mil em bônus perpétuos, com as mesmas características da emissão de janeiro de 2007. Os títulos perpétuos de outubro foram emitidos com um prêmio de US\$ 850 mil, que vem sendo amortizado de acordo com o prazo mínimo remanescente dos títulos perpétuos.

Em 26 de outubro de 2009, a GP Investments obteve a aprovação da maioria dos credores do bônus perpétuo para as seguintes alterações dos termos da escritura dos títulos relacionados com seus 10% de títulos perpétuos, com o propósito de: (i) permitir à GP Investments a possibilidade de resgate parcial dos Títulos Perpétuos, nos termos vigentes na escritura com respeito à redenção opcional dos títulos como um todo; e (ii) eliminar a conta "*Debt service reserve*" ("Conta garantia"). Esta dívida não tem garantias específicas.

O saldo desta dívida inclui juros provisionados no montante de US\$ 3.636 mil (equivalentes a R\$ 6.820).

(c) Nota de crédito de exportação

Em 31 de dezembro de 2010, a Magnesita mantinha operações com notas de crédito de exportação, com as seguintes características:

- **Credor - Banco Bradesco S.A.**

- .. Valor - R\$ 134.632

- .. Prazo - cinco anos

- .. Carência - dois anos

- .. Juros anuais - CDI + 1,35% (até 14 de agosto de 2009, CDI + 1,39%; de 15 de agosto de 2009 até 10 de fevereiro de 2010, CDI + 4,0%; 11 de fevereiro de 2010 a 7 de dezembro de 2010, CDI + 2,75%)

- **Credor - Banco Itaú BBA S.A.**

- .. Valor - R\$ 727.148

- .. Prazo - cinco anos.. Carência - três anos

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- .. Juros anuais - CDI + 2,75% (até 14 de agosto de 2009, CDI + 1,39%; de 15 de agosto de 2009 até 8 de abril de 2010, CDI +4,0%).

. Credor - Banco do Brasil S.A.

- .. Valor - R\$ 209.412
- .. Prazo - cinco anos
- .. Carência - três anos
- .. Juros anuais - CDI + 1,50%
- .. *Covenants* - dívida líquida/EBITDA (4,75 até 31 de dezembro de 2010; 4,00 até 31 de dezembro de 2011; e 3,75 em diante)

Esta dívida não tem garantias específicas e está apresentada líquida de custos de transação pelo montante de R\$ 14,9 milhões. Os custos de transação correspondem à comissão paga no momento da renegociação dos contratos. Em 14 de fevereiro de 2011, a Magnesita liquidou parte do financiamento do banco Itaú BBA S.A., mediante emissão de ações.

(d) Financiamento para compra de investimentos

- (i) Por intermédio da controlada San Antonio, em 2007 foi assinado um acordo para obter financiamento de até US\$ 600.000 mil com Citibank N.A., Citigroup Global markets Inc. e Calyon New York Branch.

Esta dívida foi renegociada em 2008. Os fundos obtidos deste financiamento foram utilizados na compra do negócio da San Antonio.

Esta dívida está garantida com: (i) as ações de certas empresas controladas pela San Antonio, (ii) um fundo *trust* com bens de uma controlada San Antonio, e (iii) equipamento de perfuração.

Como parte da reestruturação da dívida, o valor de US\$ 108,750 de dívida em aberto na data de 27 de agosto de 2010, foi convertida em ações preferenciais classe A ("ações classe A") conversíveis no mesmo montante da dívida.

As ações classe A são resgatáveis a qualquer momento de acordo com a opção da companhia e conversíveis em ações ordinárias no final do quinto ano contatos a partir da data da assinatura do contrato de crédito. As ações classe A reconhecem encargos anuais de liquidação preferencial, sendo: 13% por ano nos dois primeiros anos, 15% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 25% no quinto ano.

Com base no IFRS 32, tais ações preferencias possuem características de instrumentos financeiros passivos e são classificadas como dívida no balanço da companhia.

- (ii) Em 5 de agosto de 2010, a Companhia através da sua subsidiária Private Equity Partners D, LLC, assinou um acordo com JP Morgan Chase Bank, N.A. para um empréstimo de US\$ 195 milhões (equivalentes a R\$ 361 milhões), com pagamentos trimestrais e vencimento final em 30 de junho de 2017. Os recursos provenientes do empréstimo foram exclusivamente utilizados na aquisição de participação da Fogo de Chão através dos fundos de *private equity* gerenciados pela Companhia.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Em 24 de novembro de 2010, a controlada Trio emitiu debêntures no valor total de R\$ 180 milhões referentes a sua primeira emissão, cujo objetivo foi a reestruturação do passivo da Companhia, incluindo a aquisição dos 40% da Sascar. As debêntures são simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, sendo que as ações da Sascar são parte integrante das garantias.

As debêntures terão prazo de vencimento de 5 anos, vencendo em 24 de novembro de 2015. Seu valor nominal unitário será amortizado em 8 parcelas semestrais sucessivas, cada uma correspondendo a um percentual de 12,50% do valor nominal unitário, respeitado o prazo de carência de 18 meses. A remuneração da debênture correspondente à variação dos Depósitos Interfinanceiros – DI acrescida de um spread de 3,3% ao ano e pagos ao final de cada período de capitalização.

(e) Títulos de dívida de longo prazo

Em 2010, através de uma controlada da Magnesita, emitiu US\$400 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos, com vencimento em 2020 obtidos para reestruturar outros passivos. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real, não subordinados e incondicionalmente garantidos por varias controladas da Magnesita.

(f) Adiantamentos sobre faturas de exportação

Os adiantamentos sobre faturas de exportação referem-se às financiamentos feitos em instituições financeiras, tais como Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco, para financiamento das exportações realizadas pela Magnesita.

(g) *Senior export facility* (JP Morgan)

Empréstimo do JP Morgan para a Magnesita, nomeado *Senior export facility* que foi renegociado em 14 de agosto de 2009 com as seguintes condições:

- . Prazo - seis anos
- . Carência - 30 meses
- . Juros anuais - LIBOR (com garantia de taxa mínima de 2,5%) + 5,0% (até 14 de agosto de 2009, LIBOR + 2,5%)

Como parte da renegociação da dívida, em novembro de 2009 a Magnesita efetuou uma amortização extraordinária de US\$ 175 milhões.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Vencimentos

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	Controladora	
	2011	2010
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	347.920	347.528
Com vencimento até um ano	11.480	11.089
Com vencimento acima de cinco anos	336.440	336.439
Empréstimos e financiamentos - indexados ao dólar	363.058	322.819
Com vencimento até um ano	6.633	5.892
Com vencimento acima de cinco anos	356.425	316.927
	<u>710.978</u>	<u>670.347</u>
	Consolidado	
	2011	2010
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	867.840	2.688.538
Com vencimento até um ano	323.618	192.502
Com vencimento entre um ano e três anos	160.508	633.183
Com vencimento entre três a cinco anos	47.274	859.685
Com vencimento acima de cinco anos	336.440	1.003.168
Empréstimos e financiamentos - indexados ao dólar	1.766.620	1.336.338
Com vencimento até um ano	1.037.742	39.815
Com vencimento entre um ano e três anos	146.048	120.725
Com vencimento entre três a cinco anos	226.405	
Com vencimento acima de cinco anos	356.425	1.175.798
Empréstimos e financiamentos - em outra moeda estrangeira	128.647	156.184
Com vencimento até um ano	117.423	124.678
Com vencimento entre um e três anos	9.918	
Com vencimento entre três a cinco anos	1.306	31.506
	<u>2.763.107</u>	<u>4.181.060</u>

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, com exceção de operações de mercado de capitais, aproxima-se do valor justo. Nas operações de mercado de capitais, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg - e pode ser assim sumariada:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos bancários				
Bônus perpétuos	356.425	339.610	393.942	318.557

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cláusulas contratuais (covenants)

As dívidas da Companhia e das suas controladas preveem certas cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- . garantia da existência da Companhia;
- . manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades da Companhia;
- . limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- . divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileira e internacionais;
- . *covenants* financeiros tais como dívida líquida/EBITDA, EBITDA/despesa financeira líquida, entre outros.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas controladas ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, é concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Em 30 de dezembro de 2011, a San Antonio estava em inadimplência com alguns dos *covenants* financeiros de algumas de suas dívidas e, portanto, toda a sua dívida de longo prazo foi apresentada como obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atendia aos compromissos contratuais de suas operações significativas de empréstimos e financiamentos.

19 Salários e encargos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários e ordenados	117.740	126.768
Encargos sociais	65.951	107.740
	183.691	234.508

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
GP	3.620	2.525
SAI	150.231	122.026
Magnesita		86.933
BHG		5.525
Allis	15.707	17.499
Sascar	10.430	
Fogo de Chão	3.703	
Total salários e encargos	183.691	234.508

20 Provisões

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões substancialmente tributárias, além de aspectos trabalhistas e previdenciários. As provisões

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

para contingências são determinadas com base em análise de ações judiciais pendentes, autuações e avaliações de risco. A composição pode ser assim demonstrada:

	Controladora(*)
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	14.818
Adições	10.622
Baixas	(10.547)
Atualização monetária	1.095
Variação cambial	1.673
	<u>17.661</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	<u>17.661</u>

(*) Correspondem exclusivamente a processos fiscais.

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	148.767	62.122	3.228	214.116
Adições	18.519	28.613	3.759	50.891
Baixas	(57.023)	(22.693)	(1.066)	(80.781)
Atualização Monetária	1.361	(2.108)	(407)	(1.155)
Perda de controle em Magnesita/BHG	(66.786)	(30.669)	(1.572)	(99.027)
Consolidação Sascar	17.387	4.886	1.773	24.046
Consolidação Fogo de Chão		2.221		2.221
Variação Cambial	6.708	3.754	201	10.663
	<u>68.933</u>	<u>46.126</u>	<u>5.916</u>	<u>120.975</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>68.933</u>	<u>46.126</u>	<u>5.916</u>	<u>120.975</u>

A administração, com base em informações de seus assessores legais, constituiu provisões em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificadas entre curto e longo prazo de acordo com a expectativa de desfecho das discussões, conforme acima demonstrada. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas cível, tributária e previdenciária, cujos riscos de perda são classificados como possíveis pela Administração e seus assessores jurídicos (para as quais não há provisão constituída), nos montantes de R\$ 72.515 e R\$ 18.351 respectivamente.

As principais contingências passivas com chance de perda provável, com valores provisionados, estão descritas abaixo, por empresa controlada:

(a) Sascar**(i) Trabalhistas**

As ações de natureza trabalhista estão relacionadas a pleitos de ex empregados, com relação a vínculo empregatício, horas extras, equiparação salarial, verbas adicionais correspondentes e indenizações correlatadas. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

O valor provisionado foi de R\$ 3.194.471,86 em setembro/11 e R\$ 3.096.501,82 em dezembro/2011.

(ii) Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas a pleitos de clientes, com relação à indenização por danos materiais e morais. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração,

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

O valor provisionado foi de R\$ 3.527.081,23 em setembro/11 e de R\$ 3.154.816,90 em dezembro/2011.

(iii) Fiscais

As contingências fiscais refletem, principalmente, as discussões de ISS, PIS e COFINS. Em se tratando do ISS, a discussão refere-se à responsabilidade da Sascar Tecnologia, diante do recolhimento do tributo incidente, sobre a receita de prestação de serviços de monitoramento. Já ao que diz respeito ao PIS e COFINS, refletem a discussão da apropriação de créditos.

O valor provisionado foi de R\$ 14.939.414,76 em setembro/11 e de R\$ 14.427.853,68 em dezembro/11.

(b) SAI

(i) Fiscais

A principais contingências fiscais correspondem as companhias brasileiras, que estão relacionadas principalmente a medida cautelar, ajuizada pela San Antonio Internacional do Brasil em maio de 1999, a qual tem por objeto evitar a retenção de 11%, referente ao recolhimento do INSS, sobre o montantes das faturas de serviços pagas pela Petrobras. Não obstante, a San Antonio Internacional do Brasil depositou em juízo parte do valor em questão em contrapartida a tal obrigação tributária, totalizando o montante de R\$ 36,365 mil.

(ii) Trabalhistas

As empresas do Grupo San Antonio possuem provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados, nos quais são discutidos valores referentes a horas extras, equiparação salarial, verbas adicionais correspondentes e acidentes de trabalho.

(c) Magnesita

(i) Instituto Nacional do Seguro Social

A Magnesita S.A. (Magnesita) recebeu autos de infração do INSS no total de R\$ 26.677 atualizados para 30 de junho de 2008, relativos a assuntos que entendeu necessária a constituição de provisões no montante de R\$ 17.970, atualizadas até 30 de junho de 2008.

Referidos autos de infração foram lavrados sem a observância da decadência quinquenal. Em 12 de junho de 2008, foi editada a Súmula Vinculante nº 8 em que o STF decidiu pela decadência quinquenal, declarando inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/91. Diante deste fato e dos pareceres dos advogados que acompanham as defesas destes autos de infração, a Magnesita reverteu as provisões que correspondiam a períodos cuja suposta exigibilidade comprovou-se decaída. Os depósitos judiciais correspondentes ainda não levantados pela Magnesita foram transferidos para não circulante - realizável a longo prazo. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 1.993 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.814 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.649).

(ii) Imposto sobre Produtos Industrializados

Trata-se de ação anulatória de débito fiscal por meio da qual a Magnesita busca a declaração da legalidade da apuração, pelo estabelecimento de Brumado, do crédito presumido de IPI como ressarcimento do valor da contribuição para o programa de integração social e a contribuição para financiamento da seguridade social (PIS/COFINS) incidentes sobre as aquisições, no mercado interno,

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, conforme previsão da Lei nº 9.396/96. Da mesma forma, a Magnesita busca a legalidade das transferências dos créditos apurados para os estabelecimentos de Contagem e das compensações feitas com o imposto sobre produtos industrializados (IPI) devido nas vendas realizadas no mercado interno. Em 11 de abril de 2007 foi proferida sentença desfavorável a Magnesita e em 1º de junho de 2007 foi apresentado recurso de apelação, que se encontra, desde então, pendente de julgamento. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 7.592 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 7.331 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 7.052) e a Magnesita cedeu imóveis em garantia para prosseguimento do processo judicial.

(iii) **Compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais**

A Magnesita discute acerca do valor a ser utilizado como base de cálculo da Compensação Financeira sobre Exploração de Recursos Minerais (CFERM) e a legalidade da equiparação da saída da substância mineral para consumo ou para utilização (transferência) à saída por venda. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 38.074 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 34.721 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 30.200).

(iv) **Imposto de renda e contribuição social sobre lucros no exterior**

Trata-se de auto de infração lavrado contra a Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda., incorporada pela Magnesita, em razão do não recolhimento de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido sobre os lucros auferidos no exterior por meio da Iliama Trading (empresa controlada pela Magnesita na Ilha da Madeira). O valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é R\$ 19.647 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 18.769 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 17.822) a Magnesita arrolou imóveis para prosseguimento no processo administrativo.

(b) **BHG**

(i) **Fiscais**

Os hotéis de propriedade desta controlada situados na Cidade do Rio de Janeiro pleiteiam junto à prefeitura a homologação do desconto de 40% sobre o valor do IPTU. Desde 2008 a BHG vem depositando em juízo o valor em questão em contrapartida a uma obrigação tributária. Caso o pleito seja julgado procedente os valores retornarão para o caixa desta controlada. A obrigação reconhecida para essa demanda judicial totaliza R\$ 1.458 (R\$ 1.273 em 31 de dezembro de 2009) e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 1.458 (R\$ 1.273 em 31 de dezembro de 2009).

(ii) **Trabalhistas**

A BHG possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados, onde se pleiteia horas extras, equiparação salarial e verbas adicionais correspondentes. O valor provisionado é de R\$ 168 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2009).

21 **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Para as controladas sediadas no Brasil, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferido ativo derivam-se das seguintes diferenças temporárias:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízo fiscal	50.215	178.113
Provisões para contingências	41.411	34.778
Tributos diferidos provenientes de incorporações	93.449	
Provisão para devedores duvidosos	6.792	1.628
Obrigações pós-emprego		55.989
Outras diferenças temporárias ativas	4.929	27.692
Total ativo de imposto de renda diferido	196.796	298.200
Imposto de renda sobre lucro imobiliário		(9.941)
Imposto de renda sobre amortização fiscal de ágio	(13.935)	(198.452)
Diferenças imobilizado	(306.293)	
CSLL sobre incentivos fiscais		(1.788)
Outras diferenças temporárias passivas	(9.201)	(11.782)
(Passivo) ativo líquido por imposto de renda e contribuição social diferidos	(132.632)	76.237

Os montantes previstos de compensação são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Realizável até um ano	27.173	14.087
Realizável um ano e três anos	79.831	62.482
Realizável três a cinco anos	29.289	62.973
Realizável entre cinco a dez anos	38.201	117.343
Realizável acima de dez anos	22.302	41.315
Total ativo de imposto de renda diferido	196.796	298.200
Passivo de imposto de renda diferido realizável acima de 12 meses	329.429	508.984

Os impostos diferidos passivos dizem respeito, em sua grande maioria, a impostos diferidos sobre reavaliação de ativos, lucro imobiliário, amortização fiscal de ágio, incentivos fiscais e depreciação fiscal acelerada. Ressalta-se, nesse ponto, que a partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios por expectativa de rentabilidade futura deixaram de ser amortizados contabilmente, conforme pronunciamento técnico CPC 13. Diante disso, a Companhia e suas controladas vêm reconhecendo, nos termos da Lei nº 11.941/06 através do Regime Tributário de Transição (RTT), a amortização fiscal desses ágios. O efeito fiscal de tal amortização ensejou a contabilização de IR e CS diferidos.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Magnesita e suas controladas mantêm planos de aposentadorias para seus empregados, cujos passivos atuariais, reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2010, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado				
	Controladas da Magnesita				
Descrição	Europa	Estados Unidos	China	Magnesita	Total
Plano de benefício definido	89.809	69.609		54.466	213.884
Prêmio para tempo de serviço	3.209				3.209
Plano de aposentadoria antecipada			24.724		24.724
Em 31 de dezembro de 2010	93.018	69.609	24.724	54.466	241.817

Magnesita

A Magnesita é patrocinadora da Magnus Sociedade Previdenciária ("Magnus"), sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de complementar, de forma parcial, aposentadorias e pensões concedidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em 27 de julho de 2009, foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar (atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)), alterações no regulamento do Plano de Benefícios da Magnus. A partir de então a Magnesita passou a oferecer a seus empregados um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD) com contribuição pela patrocinadora e pelo participante. O Plano CD permite a formação do patrimônio individual a longo prazo, com transparência e baixos custos para os participantes. Além disso, os riscos decorrentes do passivo atuarial deixam de ocorrer, uma vez que o benefício a conceder dependerá das contribuições acumuladas e da rentabilidade do fundo.

As contribuições dos empregados variam de 0,7% a 5,925% dos salários e as contribuições da patrocinadora variam de 1,30% a 8,875% de acordo com o salário e a faixa etária do participante. Para 2011, a despesa prevista para custear o Plano de Contribuição Definida é de R\$ 5.862 e será apropriada em custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas ou despesas gerais e administrativas de acordo com a alocação dos participantes na estrutura da Magnesita. Em 31 de dezembro de 2010, a Magnus possuía 5.758 participantes ativos.

Relativamente ao Plano de Benefício Definido a Magnus adota o "Regime Financeiro de Capitalização" para os benefícios de aposentadoria. O plano de custeio, definido atuarialmente, era mantido exclusivamente com contribuições das patrocinadoras e só estão vinculados a este plano os ex-empregados que já estavam no gozo deste benefício na data da aprovação do novo Plano de Contribuição Definida.

Em 31 de dezembro de 2010, a Magnus possuía 235 participantes inativos aposentados e pensionistas e 1.170 participantes aguardando o benefício diferido.

A Magnesita procedeu à avaliação atuarial do plano de benefício definido no exercício de 2010 por atuário externo (Mercer), utilizando o método de crédito unitário projetado, para determinação do valor presente das obrigações.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Este passivo correspondente aos beneficiários do plano de benefício definido foi reconhecido pela patrocinadora, no passivo não circulante - obrigações pós-emprego, e pode ser assim demonstrado:

	Magnesita		
	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos	Passivo reconhecido
Em 31 de dezembro de 2009	(184.437)	143.438	(40.999)
Custo do serviço corrente	(276)		(276)
Custo dos juros	(19.625)		(19.625)
Rendimento dos ativos do plano		13.986	13.986
Benefícios pagos	15.242	(15.242)	
Ganhos/perdas atuariais	(14.781)	6.419	(8.362)
Contribuições pagas pelos patrocinadores		810	810
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(203.877)</u>	<u>149.411</u>	<u>(54.466)</u>

Os custos atuariais previstos para o Plano de Benefício Definido para o exercício de 2010 são como segue:

	Magnesita
	2010
Custo do serviço corrente	(276)
Custo dos juros	(19.625)
Rendimento do ativo do plano	13.986
Contribuições de ex-empregados	
	<u>(5.915)</u>

A patrocinadora não tem contribuições a fazer para o Plano de Benefício Definido, garantindo, no entanto, o passivo atuarial e a sua evolução.

23 Capital social e reservas**(a) Capital social**

Em 30 de abril de 2010, o Conselho de diretores da Companhia anunciou a emissão de ações bonificadas à razão de 0,040324850:1 ação de Classe A (incluindo as ações na forma de *Brazilian Depositary Shares* ("BDSs"), representadas por BDRs), e ações de Classe B. Cada detentor de uma ação Classe A (ou BDR) ou ação Classe B da GP recebeu 0,040324850 ação adicional, a título de bonificação, para cada ação Classe A (ou BDR) ou Classe B de sua titularidade. O total de 4.953.674 ações de Classe A e 1.388.154 ações de Classe B foram emitidas ao valor de US\$ 33 milhões (equivalentes a R\$ 57.976). Todas as ações bonificadas de Classe B foram reclassificadas como ações de Classe A.

Em 14 de agosto de 2011, o Conselho aprovou o aumento de capital autorizado. Em 31 de dezembro de 2011 o capital social autorizado estava representado por 173.637.578 ações de Classe A (31 de dezembro de 2010 – 160.077.276) com valor nominal de US\$ 0.0025 cada ação e 36.406.221 ações de Classe B (31

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

de dezembro de 2010 – 36.406.221) com valor nominal de US\$ 0.0025 cada ação, das quais, 131.028.665 ações de Classe A (31 de dezembro de 2010 – 129.691.183) e 34.424.288 ações de classe B estavam emitidas e em circulação. Os acionistas detentores das ações de Classe A possuem participação limitada e direitos de voto que está definida no Estatuto Social. Acionistas detentores das ações de Classe B terão direito a voto em todos os assuntos encaminhados nas reuniões de acionistas.

Em 17 de maio de 2011, um total de 972.509 ações de Classe A foram emitidas como pagamento da primeira parcela para um dos acionistas da BRZ Investimentos S.A. ao preço de emissão de US\$ 4,16 (equivalentes a R\$ 6,49), totalizando US\$ 4.046 (equivalentes a R\$ 6.316).

Em Assembléia Geral Extradiviniária realizada em 28 de julho de 2011, os acionistas aprovaram alterações no estatuto no que diz respeito à política de pagamentos de dividendos. A nova definição estabelece que o Conselho tem poderes para declarar dividendos de tempos em tempo a ser distribuído aos acionistas detentores das ações de Classe A e ações de Classe B em proporção ao número de ações por eles detidas.

As variações nas quantidades de ações em circulação no decorrer dos exercícios apresentados estão resumidas como segue:

	2011	2010
Classe A - no início do exercício	129.691.183	122.190.635
Plano de opções de ações	364.973	1.158.720
Ações bonificadas		4.953.674
Novas ações emitidas	972.509	
Reclassificação de Classe B para Classe A (ações bonificadas)		1.388.154
Classe A - no final do exercício	<u>131.028.665</u>	<u>129.691.183</u>
Classe B - no início do exercício	34.424.288	34.424.288
Ações bonificadas		1.388.154
Reclassificação de Classe B para Classe A (ações bonificadas)		(1.388.154)
Classe B - no final do exercício	<u>34.424.288</u>	<u>34.424.288</u>
Total - no final do exercício	<u><u>165.452.953</u></u>	<u><u>164.115.471</u></u>

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foi calculado com base na média ponderada de ações, de acordo com a tabela abaixo (em milhares de reais, exceto para as informações por ações e os números de ações):

	Operações continuadas	
	2011	2010 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído à GP Investments, Ltd.	(364.232)	78.219
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - básico (*)	164.784.212	163.799.756
Efeito dos títulos diluídos		
Ações potenciais atribuídas ao plano de opções de ações		4.760.350
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - diluído (*)	164.784.212	168.560.106
Lucro (prejuízo) líquido por ações - básico	(2,21)	0,48
Lucro (prejuízo) líquido por ações - diluído	(2,21)	0,46

(b) Reserva de capital

Esta reserva corresponde à diferença entre o valor justo e o valor nominal das ações, decorrente da emissão de ações e do exercício de opções em plano de compra de ações. Esta reserva não é distribuída e pode ser capitalizada.

(c) Ações em tesouraria/BDR-Brazilian Depository Receipt

Em 14 de agosto de 2011, o Conselho aprovou a aquisição de 12.218.078 ações próprias de Classe A da Companhia, que constituem aproximadamente 10% da classe em circulação. O período de aquisição para as Ações em Tesouraria começou em 13 de agosto de 2011 e termina em 13 de agosto de 2012. O preço de aquisição para as Ações em Tesouraria será a cotação de mercado na data de cada transação na Bolsa de Luxemburgo (no que diz respeito a Ações Classe A) e BM&F BOVESPA (em relação aos BDRs).

A GP através da GPCM sua subsidiária integral, adquiriu 7,320,800 BDRs na BM & FBOVESPA que representam 60% do programa.

24 Opções de compra de ações

(a) GP

(i) 2006 - Plano de compra de ações

Em 2006, o Conselho de Administração da Companhia, mediante a anuência do Comitê de Nomeação e Remuneração, aprovou e implementou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de 2006") e as formas de adesão entre a Companhia e os beneficiários do Plano. Uma quantidade de 29.664.148 ações de Classe A podem ser concedidas de acordo com o Plano. Um total de 26.100.000 opções foi concedido em 16 de outubro de 2006. O prazo máximo para o período das opções foi fixado em dez anos, com um período de carência de cinco anos e preço de exercício de US\$ 3.69 cada. Em 31 de dezembro de 2011, este programa foi totalmente investido e amortizado.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo de mercado das opções concedidas por este Plano é de US\$ 2,01 cada. As seguintes premissas foram utilizadas para o cálculo: taxa de rendimento dos dividendos na ordem de 1,15%; volatilidade média anual estimada de 22,59%; taxa livre de risco de 4,76% e prazo esperado de seis anos e meio. A taxa de juros é baseada na taxa das Letras do Tesouro Nacional dos Estados Unidos para um período similar ao prazo esperado das opções. A volatilidade esperada do preço das ações foi determinada com base na volatilidade das ações de Classe A da Companhia.

Em 7 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e implementou, com a anuência do Comitê de Nomeação e Remuneração, um acordo com a GP Investments Share Option Trust ("GP Trust"), formado em benefício dos diretores e empregados da Companhia, exclusivamente para adquirir opções dentro do Plano. Em 26 de fevereiro de 2007, um número de 3.564.148 opções foram concedidas ao GP Trust nos mesmos termos e condições das opções concedidas aos outros beneficiários do Plano. O GP Trust pode conceder as opções que recebeu para adquirir as ações da Companhia para empregados da Companhia, baseado nas recomendações do Comitê de Nomeação e Remuneração ou pode exercer as opções por sua conta. Opções para adquirir ações da Companhia, adquiridas pelo GP Trust, que podem ser concedidas pelo GP Trust para os empregados da Companhia, podem ter termos e condições diferentes em relação às opções concedidas em 16 de outubro de 2006. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e para os exercícios findos nessas datas, o GP Trust não possuía ativos ou passivos, nem havia gerado receitas nem incorrido em despesas.

A movimentação das opções de compra de ações no exercício encontra-se abaixo:

	Número total de opções a exercer	Número de opções a exercer - empregados	Número de opções a exercer - GP Trust	Preço do exercício - dólar
Em 31 de dezembro de 2009	24.803.746	24.762.714	41.032	3,69
Opções exercidas durante o exercício	(1.133.781)	(1.133.781)		3,69
Opções concedidas pelo GP Trust para os empregados durante o exercício		41.032	(41.032)	3,69
Opções canceladas durante o exercício	(106.640)	(106.640)		3,69
Em 31 de dezembro de 2010	23.563.325	23.563.325		3,69
Opções exercidas durante o exercício	(340.845)	(340.845)		3,69
Opções canceladas durante o exercício	(68.336)	(68.336)		3,69
Opções expiradas durante o exercício	(127.158)	(127.158)		3,69
Em 31 de dezembro de 2011	<u>23.026.986</u>	<u>23.026.986</u>		

Em 31 de dezembro de 2011, 23.026.986 opções (31 de dezembro de 2010 - 17.419.395 opções) com preço de exercício de US\$ 3,69 encontram-se elegíveis para serem exercidas (*vested*), porém ainda não foram exercidas pelos beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2011, nenhuma opção havia expirado.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) 2009 - Segundo plano de compra de ações**

Em 7 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e adotou, com a anuência do Comitê de Nomeação e Remuneração, um plano de opção compra de ações ("Novo Plano") subordinado ao plano de opção de compra de ações de 2006 e os termos do acordo a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Um número agregado de 6.753.313 ações de classe A da Companhia podem ser outorgadas neste plano. As opções outorgadas expirarão em dez anos, com um período de cinco anos para aquisição do direito de 20% ao ano. O Plano permite a emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2010, do total de 6.753.313 opções aprovadas pela Companhia, 5.625.068 opções foram outorgadas. As informações relacionadas com as opções de ações estão apresentadas abaixo:

	Número de opções a exercer pelos empregados	Preço de exercício - dólar	Valor justo de mercado da opção - dólar
Em 31 de dezembro de 2009	5.630.000	2,50	0,53
Opções concedidas aos empregados em janeiro de 2010	261.068	4,53	2,20
Opções concedidas aos empregados em janeiro de 2010	34.000	5,20	1,99
Opções exercidas no exercício	(24.939)		
Opções canceladas no exercício	(100.000)		
Em 31 de dezembro de 2010	5.800.129		
Opções concedidas aos empregados em fevereiro de 2011	500.000		
Opções exercidas no exercício	(24.128)		
Opções canceladas no exercício	(86.933)		
Opções expiradas no exercício	(51.049)		
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.138.019</u>		

O valor justo das opções outorgadas neste plano foram mensuradas na data da outorga. As seguintes premissas foram usadas nesse cálculo:

	Porcentagem				Valor justo de mercado - dólar
	Preço de exercício	Taxa de rendimento	Volatilidade média anual esperada (i)	Taxa livre de risco (ii)	
Opções outorgadas					
Abril de 2009	2,50	5,0	33,20	2,90	0,53
Janeiro de 2010	4,53	5,0	41,46	2,90	2,21
Janeiro de 2010	5,20	5,0	41,46	2,90	2,00
Fevereiro de 2011	3,79	5,0	39,20	3,44	1,15

- (i) A premissa relacionada com a volatilidade esperada no preço da ação foi determinada usando a volatilidade das ações Classe A da Companhia.
- (ii) A taxa de juros é baseada na taxa das Letras do Tesouro dos Estados Unidos (U.S. *Treasury Bills*) por um período semelhante ao prazo esperado das opções.

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue a posição das opções em 31 de dezembro de 2011 que encontram-se elegíveis para serem exercidas, porém ainda não foram exercidas pelos beneficiários (31 de dezembro de 2010 – 945.061):

Prêmios	Número de opções adquiridas pelos empregados	Preço de exercício do dólar	Valor intrínseco - dólar
1ª parcela, concedida em abril de 2009	2.058.605	2.50	1.091
2ª parcela, concedida em Janeiro de 2010	7.627	4.53	17
3ª parcela, concedida em Janeiro de 2010	6.800	5.20	14
Em 31 de dezembro de 2011			31,122

Não houve valores intrínsecos das opções para ambos os planos (2006 e 2009) a partir de 31 de dezembro de 2011, porque o valor da quota de mercado US\$ 2,11 foi inferior ao preço de exercício das opções.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contabilizou na rubrica “Despesas gerais e administrativas” uma despesa no montante de R\$ 6.035 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 18.850) relativa a ambos os planos (2006 e 2009).

Em 31 de dezembro de 2011, o montante não reconhecido de despesas de compensação das opções não exercidas era de R\$ 2.187 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 8.794) considerando ambos os planos de 2006 e 2009.

(b) Controladas

Algumas das controladas da Companhia também outorgam planos de benefícios a certos empregados baseados em ações, os quais são mensurados conforme estabelecido em IFRS 2/CPC 10. Em 2011 se reconheceram despesas derivadas destes planos por R\$ 8.092 (R\$ 26.862 em 2010).

25 Informações por segmento de negócios

A GP é uma companhia de investimento e administradora de fundos de investimentos de *private equity*, portanto, suas receitas são compostas essencialmente por taxa de administração cobrada pelo General Partner (administrador) dos *limited partners* (cotistas dos fundos) e por taxa de performance pelo ganho auferido na apreciação do valor de mercado dos investimentos realizados através dos fundos de *private equity*.

A administração definiu os segmentos operacionais da GP com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas revisados pela diretoria executiva. Esta efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva de negócio de *private equity* do GP, onde os investimentos são avaliados a valor de mercado ou valor justo (*fair value*).

Neste sentido, a administração da Companhia acompanha a evolução de seus ativos/investimentos através de seus relatórios gerenciais, onde tais ativos são mensurados ao valor justo. O critério de mensuração desses ativos está definido nas demonstrações financeiras primárias da Companhia que obedecem aos princípios contábeis norte-americanos (USGAAP).

Apresentamos abaixo as principais diferenças entre o valor dos ativos e dos passivos da Companhia apurados conforme o US GAAP e o IFRS.

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2011	2010
Total do ativo US GAAP	<u>3.122.543</u>	<u>3.381.490</u>
Reversão do valor justo dos investimentos	(619.127)	(1.546.557)
Constituição de ágio	400.279	662.919
Outros ajustes (principalmente variação cambial)	(107.187)	448.659
Inclusão das investidas ao valor de equivalência patrimonial:		
Magnesita		5.193.076
Monticiano		266.277
BHG		801.340
SAI	2.625.677	2.936.948
Fogo de Chão	591.571	
Sascar	596.575	
Allis	<u>192.928</u>	<u>197.530</u>
Total do ativo em IFRS	<u><u>6.803.259</u></u>	<u><u>12.341.682</u></u>
Total do passivo US GAAP	<u>432.689</u>	<u>745.526</u>
Outros ajustes	364.335	118.402
Inclusão das investidas ao valor de equivalência patrimonial:		
Magnesita		2.755.453
Monticiano		616.355
BHG		163.141
SAI	2.731.482	2.272.392
Allis	161.702	127.106
Sascar	316.522	
Fogo de chão	419.933	
Total do passivo em IFRS	<u>4.426.662</u>	<u>6.798.375</u>
Patrimônio líquido em IFRS	<u>2.376.596</u>	<u>5.543.307</u>
Passivo + patrimônio líquido em IFRS	<u><u>6.803.259</u></u>	<u><u>12.341.682</u></u>

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do lucro líquido de 2011

	USGAAP	Receitas de bens e serviços de empresas operacionais	Mudança de critério de avaliação de valor de mercado para equivalência	Resultados das empresas operacionais consolidadas	Efeito total na mudança para IFRS	CPCs/IFRS
Receitas						
Receita líquida de vendas e serviços		965.890			965.890	965.890
Ganhos (perdas) não realizados	(562.485)		(78.369)		(78.369)	(640.854)
Ganhos (perdas) realizados	53.277			(224)	(224)	53.053
Taxas de administração e de performance	29.233			(37)	(37)	29.196
Resultado de equivalência patrimonial				2.414	2.414	2.414
Dividendos, consultorias e outros serviços	8.928			(8.166)	(8.166)	762
Total das receitas	(471.047)	965.890	(78.369)	(6.013)	881.508	410.461
Despesas						
Gerais e administrativas	(88.909)			(882.409)	(882.409)	(971.318)
Outros ganhos (perdas), líquidos			(78.745)	(281.330)	(360.075)	(360.075)
Despesas financeiras, líquidas	(20.291)			(253.275)	(253.275)	(273.566)
Total das despesas operacionais	(109.200)		(78.745)	(1.417.014)	(1.495.759)	(1.604.959)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(580.247)	965.890	(157.114)	(1.423.027)	(614.251)	(1.194.498)
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(4.555)			7.148	7.148	2.593
Lucro do exercício das operações continuadas	(584.802)	965.890	(157.114)	(1.415.879)	(607.103)	(1.191.905)
Lucro do exercício de operações descontinuadas						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(584.802)	965.890	(157.114)	(1.415.879)	(607.103)	(1.191.905)
Atribuível à						
Acionistas da Companhia	(199.491)	682.983	(118.310)	(729.413)	(164.740)	(364.231)
Participação de acionistas não-controladores	(385.311)	282.907	(38.804)	(686.466)	(442.363)	(827.674)
	(584.802)	965.890	(157.114)	(1.415.879)	(607.103)	(1.191.905)

GP Investments, Ltd.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do lucro líquido de 2010 (consolidado)

	USGAAP	Receitas de bens e serviços de empresas operacionais	Mudança de critério de avaliação de valor de mercado para equivalência	Resultados das empresas operacionais consolidadas (Reapresentado)	Efeito total na mudança para IFRS	CPCs/IFRS (Reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços		5.532.473			5.532.473	5.532.473
Custo das vendass		(4.443.107)			(4.443.107)	(4.443.107)
Ganhos (perdas) não realizados	(68.804)		110.190		110.190	41.386
Ganhos (perdas) realizados	(84.022)			408.075	408.075	324.053
Taxas de administração e de performance	44.024					44.024
Dividendos, consultorias e outros serviços	6.394			(15.296)	(15.296)	(8.902)
Lucro bruto	(102.408)	1.089.366	110.190	392.779	1.592.335	1.489.927
Despesas						
Gerais e administrativas	(112.400)			(922.970)	(922.970)	(1.035.370)
Despesas financeiras, líquidas	2.741			(400.343)	(400.343)	(397.602)
Total das despesas operacionais	(109.659)			(1.323.313)	(1.323.313)	(1.432.972)
Resultado de equivalência patrimonial	18		2.243		2.243	2.261
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(212.049)	1.089.366	112.433	(930.534)	271.265	59.216
Despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(6.773)			(21.098)	(21.098)	(27.871)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(218.822)	1.089.366	112.433	(951.632)	250.167	31.345
Atribuível à						
Acionistas da Companhia	(98.874)	318.233	32.842	(173.982)	177.093	78.219
Participação de acionistas não-controladores	(119.948)	771.133	79.591	(777.650)	73.074	(46.874)
	(218.822)	1.089.366	112.433	(951.632)	250.167	(31.345)

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receita de venda de produtos e serviços

A reconciliação das receitas brutas para a receita de vendas e serviços é como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta		
Venda de produtos	152.137	2.677.896
Receita de prestação de serviços	2.886.183	3.288.068
Impostos sobre vendas	(50.811)	(389.291)
Devoluções e abatimentos	(2.416)	(44.200)
Receita de vendas de produtos e serviços	<u>2.985.093</u>	<u>5.532.473</u>

A receita de gestão de fundos, performance e ganhos (perdas) de capital está composta conforme apresentado na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
				(Reapresentado)
Taxa de administração			27.933	32.343
Taxa de <i>performance</i>			1.263	11.681
(Perdas) ganhos realizados em investimentos		(6.157)	53.053	324.053
Ganhos não realizados em investimentos			(640.854)	41.386
Receita de gestão de fundos, <i>performance</i> e ganhos (perdas) de capital		<u>(6.157)</u>	<u>(558.605)</u>	<u>409.463</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outras receitas

	Consolidado	
	2011	2010 (Reapresentado)
GP	9.193	6.427
SAI	885	
Magnesita		50.064
Sascar	59.607	
Allis	1.751	
Total outras receitas	<u>71.436</u>	<u>56.491</u>

28 Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	2011	2010
Custos de mão de obra e serviços relacionados a		
Despesas Tributárias	(1.589)	
Manutenção e conservação	(2.231)	(204)
Aluguel e seguros	(15.280)	(21.423)
Custos de produção e serviços	(1.818.098)	(4.346.154)
Gastos gerais administrativos	(515.638)	(330.502)
Serviços prestados por terceiros	(60.947)	(96.842)
Despesas com viagens	(11.949)	(19.810)
Benefícios a empregados	(275.108)	(309.639)
Depreciação e amortização	(281.033)	(342.458)
Outras	(7.885)	(11.445)
	<u>(2.989.758)</u>	<u>(5.478.477)</u>
Custo da venda de produtos e serviços	(2.018.440)	(4.443.107)
Despesas administrativas	(971.318)	(1.035.370)
	<u>(2.989.758)</u>	<u>(5.478.477)</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outros ganhos (perdas), líquidos**(a) Outros ganhos (perdas) apresentados por empresa que compõem o consolidado**

	Consolidado	
	2011	2010
GP	(70.109)	7.677
Magnesita		(11.794)
SAI	(345.476)	(44.917)
BHG		(11.797)
Fogo de Chão	42	
Allis	(9.499)	(4.562)
Sascar	(6.469)	
Total outros ganhos (perdas), líquidos	<u>(431.511)</u>	<u>(65.393)</u>

(b) Outros ganhos (perdas) apresentados por natureza

	Consolidado	
	2011	2010
Gastos reestruturação		(20.290)
Reversão de Provisão	(1.419)	
Indenizações trabalhistas		(3.556)
Amortização do diferido	(3.000)	
Ganhos de Capital	21.949	
Benefícios a empregados		(5.915)
Prejuízo na perda de controle das subsidiárias		
Perdas com investimento	(17.151)	
Ágio amortizado	(714)	
Outros	(431.176)	(35.632)
Total outros ganhos (perdas), líquidos	<u>(431.511)</u>	<u>(65.393)</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da GP, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2011	2010 (Reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(1.194.498)	226.444
(Lucro) prejuízo das entidades domiciliadas nas Bahamas, Bermudas e Ilhas Cayman (resultado não tributável)	619.532	(357.444)
Prejuízo do exercício atribuível à Companhia e controladas antes do impostos de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	(574.966)	(131.000)
IR e CS à taxa nominal (34%)	195.489	44.540
Adições e exclusões		
Exclusões CPC	(1.502)	(1.666)
Equivalência patrimonial	(2.414)	(2.261)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(46.530)	383
Despesa c/ juros não dedutível	(49.413)	(7.963)
Benefício tributário de bens imobilizados - Colômbia	(2.117)	(44.271)
Diferenças temporárias – provisão líquidas das reversões	2.454	
Outras despesas não dedutíveis	(113.615)	(15.167)
Ajuste de inflação		(12.354)
Vendas de investimentos		1.142
Provisão para devedores duvidosos	(1.430)	
Provisão para contingências	367	
Ganho decorrente de variação no percentual de participação	10.826	
Ingressos externos	1.794	
Taxas cambiais	13.394	
Efeito líquido dos impostos apurados sob o regime de lucro presumido no Brasil	6.110	
Equivalência patrimonial	(329)	
Agio fiscal	10.634	
Exchange rate	3.497	
Outras despesas não dedutíveis	(31.989)	
Ajuste de inflação	25.218	
Vendas de <i>bonds</i> - Venezuela		(48.096)
Taxas cambiais		6.182
Rendimentos não tributáveis		(8.745)
Outras	(10.857)	16.303
Despesa com imposto de renda e contribuição do social do exercício	2.593	(27.871)
Corrente	(40.889)	26.277
Diferido	43.483	(54.148)
	2.593	(27.871)

31 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia já havia cumprido seu compromisso de investimento no GPCP3 e GPCP4. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía compromisso vigente de US\$ 270.010 mil de investir no GPCP5 (31 de dezembro de 2010 - GPCP5 - US\$ 321.321 mil).

Compromissos de capital não consolidados pelos sócios não são demonstrados no balanço patrimonial,

Notas Explicativas

GP Investments, Ltd.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

visto que a GP não possui direito incondicional de receber caixa pelo fato de não ter identificado um investimento.

A GP e as suas controladas não possuem compromissos assumidos com terceiros, além daqueles consignados nessas demonstrações financeiras.

32 Combinação de negócios

A GP usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela GP. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Em combinação de negócios em que a Companhia e a empresa adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo da contraprestação paga é mensurado pelo valor que outorgue maior confiabilidade entre o valor justo da participação de capital transferida e o valor justo da participação de capital obtida.

A GP reconhece a participação não controladora na adquirida, de acordo com a sua participação pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a GP atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da GP e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício

(a) Sascar

Em 23 de março de 2011, a GP Investments, Ltd., por meio do fundo de *private equity* GPCP5, anunciou a aquisição de uma participação de 56% na Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A. ("Sascar") e desembolsou a primeira parcela do preço de compra no montante aproximado de R\$ 157.000. 31 de março de 2011 foi data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

A Sascar, uma empresa brasileira que atua no setor de gestão de recursos móveis, oferece uma vasta gama de soluções de monitoramento em tempo real, com foco na localização e recuperação de veículos roubados e no aprimoramento de inteligência na gestão de frotas.

Os detalhes dos valores dos ativos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	100.530
Contas a receber	73.305

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Outros ativos circulantes	23.777
Impostos diferidos	33.192
Outros ativos não circulantes	16.446
Intangível	133.491
Imobilizado	69.981
Passivos	
Fornecedores	(18.762)
Empréstimos e financiamentos	(259.389)
Contas a pagar por aquisição de participação societária	(19.400)
Outros passivos circulantes	(62.156)
Passivos não circulantes	(3.655)
Ativos líquidos	87.360
Ativos líquidos alocados a participação não controladora	(38.438)
Ágio inicial reconhecido	108.078
Contraprestação total pela compra	157.000

As seguintes alocações foram realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 como parte do processo de alocação do preço de aquisição:

Ágio	(7.151)
Participação de não controladores	(5.619)
IR/CS Diferido Passivo	(6.578)
Relacionamento Cliente	14.951
Marca	23.525
Ativo imobilizado	(19.128)

(b) Fogo de Chão

Em 07 de setembro de 2011, a GP Investments, Ltd., por meio do fundo de *private equity* GPCP3, anunciou a aquisição de de uma participação adicional de 65% na na Fogo de Chão Churrascarias (Holdings), LLC ("Fogo de Chão"). Após esta operação, GPCP3 obteve uma participação de 50% na empresa, enquanto co-investidores vão manter os 50% restantes por meio dos fundos geridos pela GP. 06 de agosto de 2011 foi data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

A Fogo de Chão é uma tradicional rede de churrascarias, que opera tanto no Brasil e no mercado norte-americano. Fundada em 1979, a Fogo de Chão opera atualmente um total de 23 restaurantes, sendo sete restaurantes no Brasil e dezesseis nos Estados Unidos.

Os detalhes dos valores dos ativos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

Ativos	
Contas a receber	9.566
Outros ativos circulantes	12.282
Outros ativos não circulantes	17.524
Imobilizado	97.368

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>136.740</u>
Passivos	
Passivos circulantes	(29.401)
Passivos não circulantes	<u>(28.919)</u>
	(58.320)
Ativos líquidos	<u>78.420</u>
Ágio	<u>372.957</u>
Contraprestação total pela compra	<u>451.377</u>

As seguintes alocações foram realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 como parte do processo de alocação do preço de aquisição:

Ágio	(31.735)
Ativo imobilizado	10.248
Outros passivos	21.487

Considerando os efeitos da Sascar e da Fogo de Chão, as seguintes alocações foram realizadas nas contas do intangível (efeito líquido):

Ágio Sascar	(7.151)
Ágio Fogo	(31.735)
Relacionamento Cliente (apresentado em “software e outros”)	14.951
Marca	<u>23.525</u>
Efeito líquido no intangível	<u>(410)</u>

Considerando os efeitos da Sascar e da Fogo de Chão, as seguintes alocações foram realizadas na conta imobilizado (efeito líquido):

Imobilizado - Sascar	(19.128)
Imobilizado - Fogo	<u>10.248</u>
Efeito líquido no imobilizado	<u>(8.880)</u>

Notas Explicativas**GP Investments, Ltd.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Taxa de administração e performance a receber

Em 31 de dezembro de 2011 a taxa de administração e performance a receber dos fundos s era de R\$ 3.408 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 10.307). Essas taxas encontram-se apresentadas na conta de outros ativos.

(b) Recebíveis dos acionistas

	<u>Moeda</u>	<u>Taxa anual de juros - %</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Acionistas da GP Investments, Ltd. (i)	Dólar	LIBOR + 3 e		
		IGP-M + 12	2.161	2.093
Acionistas da GP Investments, Ltd. (ii)	Real	IPCA + 6		72
			<u>2.161</u>	<u>2.165</u>

- . London Interbank Offered Rate (LIBOR).
- . Índice Geral dos Preços de Mercado (IGP-M).
- . Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

- (i) A Companhia tem a receber valores de acionistas relativos a aquisições de ações de emissão da BRZ Investimentos, para os quais não há datas de vencimento definidas.
- (ii) Referem-se a valores a receber de partes relacionadas pela aquisição de ações da BRZ Investimentos, com vencimento em julho de 2018. Em 31 de dezembro de 2010 um crédito de R\$ 232, também relacionado a essa operação, foi registrado como outros ativos - não circulante, o qual foi liquidado em 2011.

(c) Remuneração do pessoal-chave

De acordo com a Deliberação CVM nº 560, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata das Divulgações sobre Partes Relacionadas ("Deliberação"), a Companhia deve divulgar os pagamentos realizados ao pessoal-chave da administração, representados:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Benefícios de curto prazo	9.416	12.370
Plano de Opção de Compra de Ações	4.001	16.656

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
GP Investments, Ltd.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da GP Investments Ltd. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da GP Investments, Ltd. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GP Investments Ltd. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GP Investments, Ltd. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da GP Investments, Ltd., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras primárias

Conforme mencionado na Nota 2.1, a GP Investments, Ltd. é uma sociedade constituída em Bermuda e cujos registros contábeis são mantidos em dólares norte-americanos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("US GAAP"). Conforme mencionado na Nota 2.1, as distribuições de dividendos são efetuadas baseadas nesses registros mantidos em US GAAP. As Demonstrações Financeiras consolidadas, acima referidas, apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 36 - "Demonstrações Consolidadas" e com a norma internacional de contabilidade IAS 27 - "Demonstrações Consolidadas", emitida pelo IASB, são apresentadas exclusivamente para atender aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no contexto do programa de ações da Companhia negociadas na forma de Brazilian Depositary Receipts (BDRs). Portanto, essas demonstrações financeiras podem não ser úteis para avaliação da capacidade econômica e financeira da Companhia, tampouco para avaliação da capacidade da Companhia de distribuir dividendos baseado no resultado apresentado nessas demonstrações financeiras. A descrição das diferenças e as adaptações necessárias para ajustar as demonstrações financeiras preparadas de acordo com US GAAP, para os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e IFRS está apresentada na Nota 25.

Conversão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, ora apresentadas, foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos e convertidas para reais, conforme mencionado na Nota 2.1. Esta conversão não deve ser interpretada como se os montantes em dólares norte-americanos representassem, tivessem representado ou pudessem ser convertidos em reais.

São Paulo, 03 de abril de 2012

PricewaterhouseCoopers Sergio Antonio Dias da Silva
Auditores Independentes Contador CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da GP INVESTMENTS, LTD., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.857.850/0001-50, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – 7º andar, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 03 de abril de 2012.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Presidente

João Henrique Braga Junqueira
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da GP INVESTMENTS, LTD. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 03 de abril de 2012.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, João Henrique Braga Junqueira, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da GP INVESTMENTS, LTD. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 03 de abril de 2012.

João Henrique Braga Junqueira
Diretor de Relações com Investidores